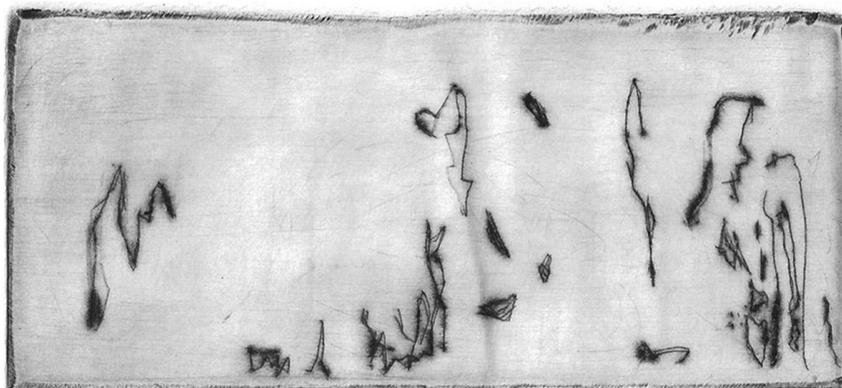


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Tânia Biazioli de Oliveira

O esquecimento do passado por refugiados africanos



São Paulo
2011

Tânia Biazioli de Oliveira

O esquecimento do passado por refugiados africanos

Dissertação apresentada ao
Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo
para obtenção do título de
Mestre em Psicologia Social

Área de concentração:
Psicologia Social

Orientadora: Profa. Titular
Sylvia Leser de Mello

São Paulo
2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Oliveira, Tânia Biazioli de.

O esquecimento do passado por refugiados africanos / Tânia Biazioli de Oliveira; orientadora Sylvia Leser de Mello. -- São Paulo, 2011.

86 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicologia social 2. Refugiados 3. Esquecimento 4. Trauma psíquico 5. Choque 6. Elaboração psíquica I. Título.

HM251

Imagem da capa:

A partir de gravura em recalque de Thais Biazioli – *Sem título*, 2003 (Ponta Seca)

Tânia Biazioli de Oliveira

O esquecimento do passado por refugiados africanos

Dissertação apresentada ao
Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo
para obtenção do título de
Mestre em Psicologia Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Titular Sylvia Leser de Mello
Instituto de Psicologia da USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Paulo César Endo
Instituto de Psicologia da USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann
Departamento de Geografia da USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Aos refugiados africanos que conheci,
em especial Natanael e Gregor

Agradecimentos

À Sylvia Leser de Mello por sua coragem e sentimento de liberdade, que me orientou para que eu pudesse encontrar meu próprio desejo ao longo deste mestrado, sempre indicando livros e filmes prazerosos, que enriqueceram muito o trabalho.

À Ecléa Bosi por suas aulas e livros que me encheram de vida: minha primeira motivação para realizar pesquisas em psicologia social. À Belinda Mandelbaum e Larissa Pretti Costa pelo projeto feliz de escuta psicanalítica com famílias migrantes, no qual esta pesquisa com refugiados africanos deita suas raízes. Ao Heinz Dieter Heidemann pelas aulas e trabalhos de campo em geografia sobre migração na cidade de São Paulo e no sertão mineiro roseano e, em especial, pela pesquisa sobre os 20 anos da Travessia – revista do migrante. Ao Paulo Endo pela leitura psicanalítica dos traumas de guerra, por me indicar as publicações e eventos do projeto *Escritas da Violência*, coordenado por Márcio-Seligmann Silva e, principalmente, pelo nosso texto, “Fotografias poderão dar Testemunho do Trauma de Refugiados no Brasil?”. Às secretárias, Nalva e Cecília, por serem tão prestativas e dedicadas comigo.

À Casa do Migrante por permitir que eu realizasse a colheita das entrevistas com os refugiados africanos. À Cáritas Arquidiocesana de São Paulo por permitir que eu entrevistasse os profissionais da equipe e conhecesse o atendimento de proteção, assistência e integração aos refugiados. Ao NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios – pelas informações atuais sobre as guerras em África e, em especial, aos pesquisadores do grupo que me indicaram leituras sobre os refugiados. Ao pesquisador Acácio Almeida da Casa das Áfricas, que me chamou a atenção para as metodologias psicoterapêuticas mais adequadas aos africanos. Ao Fabiano L. de Menezes – advogado do então Núcleo de Atendimento aos Refugiados da Cáritas Diocesana de Santos – por me conceder uma entrevista sobre a viagem clandestina de navio dos refugiados africanos que chegam ao porto de Santos.

À minha família. Ao meu pai Fleury pelo amor às altas coisas da vida, principalmente, à educação de qualidade. À minha mãe por me ensinar a fazer as coisas com serenidade, respeitando a mim mesma e aos outros. À minha irmã Thais por me motivar com sua dedicação inabalável ao trabalho manual que escolheu exercer, pela edição do mestrado e pela gravura na capa. Ao meu irmão Fleury pela solidariedade sem fim, também por inserir fotografias e desenho nos meus trabalhos. À minha irmã Ísis pelo companheirismo cotidiano e pela leitura caseira de todo o mestrado.

Ao André Bordinhon por me inspirar através da paixão forte e confiante com que segue seu próprio caminho.

É sempre uma coisa que torna a felicidade o que ela é: o poder-esquecer. [...]

Quem não pode se instalar no limiar do instante, esquecendo todo o passado, quem não consegue firmar pé em um ponto como uma divindade da vitória sem vertigem e sem medo, nunca saberá o que é felicidade, e ainda pior: nunca fará algo que torne os outros felizes.

Friedrich Nietzsche, 1874

Resumo

OLIVEIRA, T. B. *O esquecimento do passado por refugiados africanos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Esta pesquisa trata do esquecimento do passado por refugiados africanos. As entrevistas foram recolhidas na Casa do Migrante, albergue que acolhe migrantes internos, imigrantes e refugiados recém-chegados em São Paulo. Foram entrevistados dois africanos: um angolano e outro congolês. Nosso objetivo de estudar o esquecimento emergiu nas entrevistas individuais e compartilhada entre estes refugiados, pois eles não queriam lembrar as cenas de guerra em África. Compreendemos o esquecimento, levantando a hipótese freudiana de que os refugiados querem esquecer o passado pois, ao tentarem dominar o golpe excessivo, repetem compulsivamente o trauma e a hipótese benjaminiana de que a dificuldade dos africanos em comunicar a experiência de guerra se deve ao declínio da narrativa e a experiência do choque após o avanço das forças produtivas. Porém, buscamos investigar se é possível elaborar o passado. Compreendemos as levadas de refugiados ao redor do mundo como resultado da crise do capitalismo global, como nos mostrou Robert Kurz. Não se trata de povos obrigados a sair de sua pátria desde a antiga história religiosa da humanidade, tão pouco de vítimas de perseguição ou vítimas de violação dos direitos humanos, como concebe a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo no atendimento aos refugiados. Analisamos as entrevistas a partir de três categorias de análise – a fuga da guerra, a educação e o trabalho. Então, refletimos sobre o esquecimento dos refugiados africanos, partindo de um teor religioso para alcançar algumas considerações psicológicas. Mas o que resta aos psicanalistas diante de refugiados africanos? Concluímos o estudo, investigando a metodologia psicanalítica mais adequada para a pesquisa com africanos sobreviventes de guerra. E decidimos recolher seus sonhos traumáticos, segundo nossa hipótese de que eles pudessem sonhar à noite com aquilo que querem esquecer à luz do dia.

Palavras-chave: Psicologia Social; refugiados; esquecimento; trauma psíquico; choque; elaboração psíquica.

Abstract

OLIVEIRA, T. B. *The forgetting of the past by African refugees*. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

This study is about the forgetting of the past by African refugees. The interviews were collected at *Casa do Migrante* – hostel that offers shelter for migrants, immigrants and newcomers refugees in São Paulo. Two Africans were interviewed: an Angolan and a Congolese. Our aim of studying the forgetting emerged from the individual and shared interviews with these refugees, because they did not want to remember the scenes of war in Africa. We understand the forgetting, considering the freudian hypothesis that the refugees want to forget the past, as they compulsively repeat the trauma, when they try to dominate the excessive coup and considering the benjaminian hypothesis that the difficulty of Africans to communicate the war experience is due to the decline of narrative and the shock experience after the development of productive forces. Nevertheless, we try to investigate whether it is possible to work through the past. We understand the waves of refugees around the world as a result of the crisis of global capitalism, as Robert Kurz showed us. It is not about people obliged to leave home since the ancient religious history of mankind, or about victims of persecution or victims of human rights violation, as conceived by the *Cáritas Arquidiocesana de São Paulo* in the attendance of refugees. We analyze the interviews according to three categories of analysis – the flight from war, education and work. So, we thought about the forgetting of African refugees, starting from a religious content to achieve some psychological considerations. But what does it remain for psychoanalysts in the presence of African refugees? We conclude the study, investigating the more suitable psychoanalytic methodology for the research with Africans war survivors. And we decide to collect their traumatic dreams, according to our hypothesis that they might dream at night with what they want to forget at day light.

Keywords: Social Psychology; refugees; forgetting; psychical trauma; shock; psychical working through.

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1. Sobre o Esquecimento	13
1. A teoria do trauma	13
2. A compulsão à repetição	15
3. O declínio da narrativa	18
4. A experiência do choque	22
5. É possível elaborar o passado?	27
Capítulo 2. Sobre o Refúgio	36
1. Migrantes e refugiados	36
2. A Cáritas Arquidiocesana de São Paulo: duas perspectivas do refúgio	40
Capítulo 3. As Entrevistas	46
1. A fuga da guerra	49
2. A educação	53
3. O trabalho	60
Capítulo 4. O esquecimento dos refugiados africanos	67
Capítulo 5. O que resta aos psicanalistas diante de refugiados africanos?	73
Referências	81

Introdução

O interesse pelos estudos dos refugiados tem suas raízes em um projeto de extensão universitária, em que foi oferecido atendimento psicanalítico a famílias na Casa do Migrante, albergue que dá acolhida aos recém-chegados em São Paulo¹. Em “Um lugar para uma casa sem chão: escuta psicanalítica de uma família refugiada” (2008), analisamos os encontros com uma família colombiana que havia fugido de seu país para garantir a própria vida, que estava sendo ameaçada de morte pela guerrilha. A mãe e seus três filhos trocaram os próprios nomes para refugiarem-se, afastando o risco de serem identificados. Tiveram que deixar para trás a casa, boa parte das roupas e os brinquedos das crianças, porque não era possível carregar tanta bagagem. O que não dava para trazer era a casa nas costas². Mas o caçula de três anos desenhou uma casa sendo levada pelo avião (figura 1), enquanto a mãe narrava a viagem para o Brasil no primeiro encontro com a família. A migração forçada é violenta como uma casa arrancada do chão, que precisaria ter vindo junto para dar abrigo à família. De fato, o menino antecipara o anseio da mãe que só viria a ocorrer tempos mais tarde. Ela deixou o albergue – um lugar de transição, nem provisório nem permanente, do qual não podia se apropriar – e alugou um quarto para dar chão e teto para a família. Quando

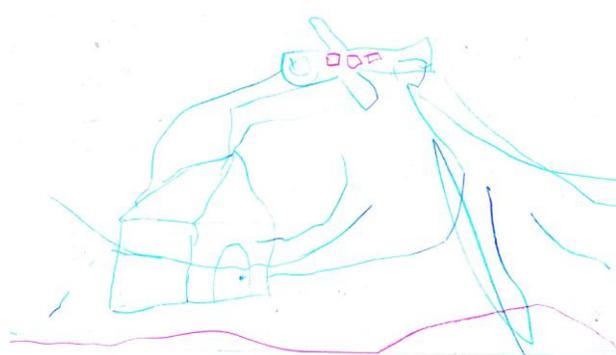


Fig. 1 – Casa sendo levada pelo avião.

¹ O projeto foi realizado por Tânia Biazioli de Oliveira e Larissa Pretti Costa, sob a supervisão da Profa. Belinda Mandelbaum, através do Laboratório de Estudos da Família do Instituto de Psicologia da USP, entre 2005 e 2006.

² A agência da ONU para Refugiados lançou alguns cartazes, com o título “Tiraram minha casa mas não podem tirar meu futuro”, nos quais é possível ver fotografias de uma mãe africana que carregava a casa literalmente nas costas e de crianças sorridentes que brincavam nas tendas de um campo de refúgio.

os visitamos no quarto alugado, fomos recebidos numa casa de família: a mãe nos ofereceu pão e leite, bem como nos mostrou o álbum de fotografias. Havia fotos de pessoas que foram mortas pela guerrilha e cidades que haviam sido destruídas. Tudo o que víamos naquelas imagens já não existia mais. A violência da Colômbia, da qual eles haviam fugido, apareceu diante de nossos olhos. O álbum de fotografia pôde vir junto na mala de viagem da família, acolhendo as perdas que motivaram o refúgio por meio de um registro visual.

Tempos mais tarde, a curiosidade foi despertada para os refugiados africanos. Para uma primeira aproximação, vejamos as impressões recolhidas em conversas junto aos profissionais que trabalham diretamente com eles. Os refugiados africanos são tidos como “ariscos e desconfiados”, com exceção dos muçulmanos que são considerados “dóceis”, pelos funcionários da Casa do Migrante. E são conhecidos por “aderirem pouco e de maneira instável aos tratamentos psicoterapêuticos”, diferente dos colombianos e iraquianos, pela equipe de Saúde Mental da Cáritas de São Paulo.

A experiência que nós tivemos com estes africanos foi marcada por eles não quererem lembrar do próprio refúgio. Um angolano procurava evitar que as lembranças inundassem seu cotidiano. “É como uma mãe que perdeu a única filha. Até o último dia de sua vida, a mãe vai se lembrar. Porém, se ela não conseguir esquecer, morre de tristeza.” Os refugiados precisam esquecer o passado traumático para se manterem vivos. No entanto, esta lembrança estará presente até o dia de suas mortes. Um congolês reclamou que andava esquecido. Sua hipótese era que o sistema nervoso de um refugiado é abalado pelo *stress*. O excesso de pensamentos atormentadores do passado produz a dificuldade de concentração no presente. Quando o passado ganha muita clareza, o presente se apaga. Pois não há espaço para o presente, quando o passado roubou quase toda a cena. Mas esta clareza é morta, feita de um passado que não se relaciona com o presente para iluminá-lo.

Quando eles são obrigados a falar, o relato soa “des-afetado”. É o que revelou uma advogada da Cáritas de São Paulo. Nas entrevistas de solicitação de refúgio, ela pede que eles contem os motivos da fuga. Os fugidos de guerra falam de casas incendiadas e parentes mortos, como se não tivessem passado por isto. O psicanalista Pierre Benghozi esteve em Ruanda, uma semana após a massa de cadáveres ter sido evacuada do local. E os sobreviventes relataram que havia ocorrido algo que não parecia real. Tinham a impressão que

a experiência existiu, como se não tivesse existido. É como um “corpo estranho”, que está lá mas não é integrado pelo psiquismo³.

Além disso, é preciso levar em consideração que estes migrantes forçados estão excessivamente ligados ao presente, pois necessitam buscar as condições para sua sobrevivência no novo lugar. Aqui, o passado é esquecido pois carece de utilidade para atender as urgências do presente. Pois eles têm que descobrir o entorno vivido e encarar o futuro.

Os refugiados querem esquecer o passado traumático. Mas o passado não deixa de atormentar o presente. Até mesmo quando focar a realidade vivida é essencial para atender as necessidades atuais. Esta intromissão pode ser encarada como uma exigência de integração. No entanto, não basta pôr em palavras o evento traumático para unir o passado com o presente. Pois o relato pode soar “des-afetado”. E nos espantaremos em verificar que as pessoas mesmas que viveram a experiência têm a impressão que nada existiu.

*

Esta pesquisa trata, portanto, do esquecimento do passado por refugiados africanos. Já que eles não queriam lembrar as cenas de guerra em África.

Se nós também quiséssemos esquecer esta miséria social, então teríamos que apagar a existência de 25 milhões de migrantes forçados⁴ no mundo (UNHCR, 2009). Além dos 4.240 mil refugiados no Brasil, sendo que mais da metade (64,8%) dos que estão acolhidos em nosso país vieram do continente africano, com os angolanos formando o primeiro maior grupo de refugiados (1.688), seguido dos colombianos (598) e congoleses (392) (CONARE, 2009).

³ Este é um trecho da palestra de Pierre Benghozi, “A transmissão psíquica na Psicoterapia Psicanalítica de Casal e Família”, organizada pelo Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social (LAPSO) no Instituto de Psicologia da USP, em agosto de 2008.

Em seu texto “Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situações de crises e catástrofes humanitárias”, Pierre Benghozi (2000) nos alerta para a transmissão psíquica do trauma familiar para as gerações seguintes nas catástrofes humanitárias. A vergonha do ataque à dignidade humana, que não pode ser dita nem lembrada pelos sobreviventes, é transmitida em silêncio para as próximas gerações. Normalmente, o diálogo se oculta entre pais e filhos para se restabelecer entre avós e netos.

⁴ Deste total, 10.5 milhões são refugiados, que fugiram de seu país de origem, e 14.4 milhões são deslocados internos, forçados a se deslocar dentro do próprio país. É sugerido ainda que existam, ao redor do mundo neste momento, 42 milhões de pessoas deslocadas forçadamente. (Isto inclui 15.2 milhões de refugiados, dentre estes 4.7 milhões de palestinos sob a responsabilidade da United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA), e 26 milhões de deslocados internos.) Sem contar as 25 milhões de pessoas que se deslocaram em função de desastres naturais. Portanto, apenas, uma parte delas se encontra sob a responsabilidade da agência da ONU para Refugiados. Outras, entretanto, caíram mesmo fora das estatísticas.

As entrevistas foram colhidas na Casa do Migrante – albergue que recebe os migrantes internos, imigrantes e refugiados recém-chegados em São Paulo. A pesquisa foi realizada com dois africanos – um angolano e outro congolês. Nosso objetivo de estudar o esquecimento emergiu das entrevistas individuais com estes refugiados, então propusemos uma única entrevista compartilhada entre eles para compreendermos o fenômeno do esquecimento. Suas falas não foram gravadas, mas registradas de memória num diário de campo. Isto foi uma tentativa de diminuir as suspeitas contra a pesquisa, pois os refugiados nutriam uma forte desconfiança da entrevista e temiam ser perseguidos.

Para compreender o esquecimento, levantamos a hipótese freudiana de que eles não queriam lembrar o passado pois, ao tentar dominar o golpe excessivo, repetiam compulsivamente o trauma e a hipótese benjaminiana de que a dificuldade em comunicar as experiências da guerra em África se devia ao declínio da narrativa e ao fator do choque após o avanço das forças produtivas. No entanto, é possível elaborar o passado? Buscamos investigar a recordação freudiana – que não ocorre sem o luto, elaborando as perdas para evitar a repetição do passado e a melancolia – e a rememoração benjaminiana – que salta em direção ao passado e faz explodir o *continuum* da história para lutar pela libertação dos mortos.

Para compreender o refúgio, debatemos a diferenciação entre migração sócio-econômica e migração forçada, a partir dos conceitos de mobilidade do trabalho (Jean-Paul de Gaudemar) e crise do trabalho no capitalismo global (Robert Kurz). Os refugiados não são povos obrigados a sair de sua pátria desde a antiga história religiosa da humanidade, tão pouco vítimas de perseguição (Convenção de 1951, Protocolo de 1967) ou vítimas de violação dos direitos humanos (Declaração de Cartágena de 1984), como concebe a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo ao atender suas necessidades de proteção, assistência e integração na nova cidade.

Analisamos as entrevistas a partir de três categorias de análise – a fuga da guerra, a educação e o trabalho. Então, refletimos sobre o esquecimento dos refugiados africanos, partindo de um teor religioso para alcançar algumas considerações psicológicas. Mas o que resta aos psicanalistas diante de refugiados africanos? Concluimos o estudo, investigando a metodologia psicanalítica mais adequada para a pesquisa com africanos sobreviventes de guerra. Assim, decidimos recolher seus sonhos traumáticos, segundo nossa hipótese de que eles poderiam sonhar à noite com aquilo que querem esquecer à luz do dia

Capítulo 1. Sobre o Esquecimento

1. A teoria do trauma

Desde o princípio, Freud irá localizar as neuroses de guerra entre as perturbações de natureza psíquica. Em um *memorandum* sobre “O tratamento elétrico dos neuróticos de guerra” de 1920, observa que muitos soldados que retornaram do frente de combate apresentavam graves distúrbios na vida mental. Alguns médicos classificavam esses casos entre as doenças orgânicas, outros entre as perturbações funcionais. Porém, encontraram dificuldades para sustentar sua crença, já que esses graves danos não poderiam ocorrer sem qualquer lesão anatômica do sistema nervoso.

Apesar de que as neuroses de guerra se manifestaram, em sua maior parte, como perturbações motoras – tremores e paralisias –, e embora fosse plausível supor que um impacto tão grande como aquele produzido pela concussão devida à explosão de uma granada nas proximidades, ou o de ser soterrado por um deslizamento do terreno, levaria a enormes efeitos mecânicos, foram feitas, contudo, observações que não deixaram dúvidas quanto à natureza psíquica das causas das denominadas neuroses de guerra (p. 228).

Na introdução de 1919 que escreve para o livro *A Psicanálise e a Neurose de Guerra*, Freud irá aproximar as neuroses de guerra das neuroses traumáticas. No primeiro caso, o choque do soldado que retorna do campo de batalha advém das experiências brutais, ocorridas na guerra; no segundo caso o choque dos neuróticos traumáticos surge de experiências assustadoras ou graves acidentes, ocorridos em tempos de paz.

No entanto, é importante saber que ambas não se confundem com as neuroses de transferência. “As neuroses traumáticas e as neuroses de guerra podem proclamar em voz

muito alta os efeitos do perigo mortal e podem ficar em silêncio ou falar apenas em tom surdo dos efeitos da frustração no amor” (p. 225). Já as neuroses de transferência deixaram de dar valor etiológico ao fator do perigo externo, para se concentrar nas imposições da libido insatisfeita. Naquelas, o ego teme uma violência externa e precisa se defender de um perigo que o ameaça de fora. Nestas, o inimigo do ego é a própria libido, cujas exigências lhe parecem ameaçadoras.

A origem do sofrimento traumático é procurada no corpo físico. O ego tem urgência de se preocupar com seu cuidado corpóreo. É o que mostra Paulo César Endo (2005) – no livro *A Violência no Coração da Cidade*. A preservação da integridade psíquica exige antes o afastamento dos golpes externos. É preciso defender o corpo exposto à morte. Em situações de perigo extremo, as distâncias entre corpo e psiquismo diminuem. Todas as funções do ego estão concentradas em proteger a própria vida. O corpo limita-se à necessidade de sobreviver, havendo um empobrecimento psíquico. O ego cessa de amar a si próprio enquanto sofre, concentrado em estancar a dor (p. 113-115).

Mas isto não foi sempre, assim. O perigo externo já desempenhou um papel poderoso nos primeiros tempos das formulações sobre as neuroses. Nos *Estudos sobre a Histeria* de 1893-95, Breuer e Freud constatam que o trauma psíquico age como um “corpo estranho”, que continua a atuar durante anos. Pois a lembrança do trauma não sofreu o esmaecimento ou a perda de afeto, desde que lhe foi negada uma reação adequada ou um efeito “catártico” por meio da “ab-reação” e da elaboração associativa. É neste sentido que “os histéricos sofrem principalmente de reminiscências” (p. 43). O método psicoterapêutico permite trazer à luz a lembrança do trauma para que o afeto estrangulado seja traduzido em palavras. No decorrer dos anos de 1895-97, Freud busca a etiologia das neuroses nos fatores sexuais e supõe que tenha havido uma primeira cena de sedução real do adulto perverso contra a criança, que é evocada por um traço associativo quando ocorre uma segunda cena de sedução após a puberdade. Só como lembrança que a primeira cena se torna *a posteriori* patogênica, provocando um aumento de excitação sexual. A histeria se origina de um excesso de sexualidade que tem de ser recalçado, no qual o afeto sofre “conversão” somática e a idéia recalçada se transforma em sintomas.

Freud, contudo, irá abandonar o trauma real como fator determinante para o adoecimento histérico, em nome do desejo incestuoso e da fantasia da própria criança. Desde

que a realidade exterior traumática perdeu em crédito, longos anos se passaram antes que a psicanálise retornasse a este tema. Mas a existência das neuroses de guerra volta a chamar a atenção de Freud para o tema do trauma, sob a forma clínica das neuroses traumáticas⁵.

2. A compulsão à repetição

Em “Além do Princípio de Prazer” de 1920, Freud parece querer repousar as causas das neuroses traumáticas sobre o fator da surpresa e do susto. Assim, pretende distinguir as palavras ‘susto’, ‘medo’ e ‘ansiedade’ em relação com o perigo.

A ‘ansiedade’ descreve um estado particular de esperar o perigo ou preparar-se para ele, ainda que possa ser desconhecido. O ‘medo’ exige um objeto definido de que se tenha temor. ‘Susto’, contudo, é o nome que damos ao estado em que alguém fica, quando entrou em perigo sem estar preparado para ele, dando-se ênfase ao fator da surpresa (p. 23).

A ansiedade protege o sujeito contra o susto e, assim, contra as neuroses traumáticas.

O trauma é tudo aquilo que ameaça de fora a consciência, sendo forte o suficiente para atravessar seu escudo protetor contra os estímulos do mundo externo. A excitação traumática provoca uma grande ruptura da barreira contra os estímulos. Com isto, o organismo deixa de contar com a possibilidade de evitar que o aparelho psíquico seja inundado com os estímulos externos. Um acontecimento traumático está destinado a provocar um grande distúrbio no funcionamento do organismo, que passa a colocar em marcha todas as medidas defensíveis que estão à mão. Resta, agora, a tarefa de dominar as grandes quantidades de estímulo que tomaram de assalto a consciência.

Mas o princípio de prazer, ou seja, a tendência do aparelho mental em obter prazer e evitar desprazer ao “manter a quantidade de excitação nele presente tão baixa quanto possível, ou, pelo menos, por mantê-la constante” (p. 18), é posto fora de ação. É provável que o desprazer do sofrimento físico seja o resultado do atravessamento do escudo protetor numa área específica. Então, a energia do psiquismo é convocada de todos os lados para estabelecer um contra-investimento nos arredores da ruptura. Com isto, “todos os outros sistemas

⁵ Ver, também, o verbete sobre Trauma ou Traumatismo (Psíquico), no *Vocabulário da Psicanálise*, de Laplanche e Pontalis (2001).

psíquicos são empobrecidos, de maneira que as funções psíquicas remanescentes são grandemente paralisadas ou reduzidas” (p. 40).

Portanto, a neurose traumática é a consequência de uma grande ruptura no escudo protetor contra os estímulos que atingem a consciência, vindos do exterior. O sujeito, devido à falta de preparação através da ansiedade, é tomado de susto e não se encontra em boa posição para se defender contra as quantidades de excitação.

Atuando na contramão do princípio de prazer, a compulsão à repetição passa a dominar a vida mental. Preso ao trauma, destinado a evocar repetidas vezes a situação traumatizante, o ego encontra-se emaranhado em dor e sofrimento. A repetição da dor é uma tentativa de dominar o golpe excessivo, ainda que isto gere sofrimento. Após fracassar todas as defesas do organismo diante do excesso de estímulo, o ego se põe a repetir à dor a fim de dominá-la. A dor passa a traumatizar de dentro, tendo traumatizado de fora.

A compulsão à repetição é uma manifestação do instinto de morte, como se a vida fosse um esforço por levar toda criatura viva ao aniquilamento, reduzindo a vida à condição original de morte. Os instintos de morte trabalham contra os instintos de vida, que querem manter unidas todas as coisas vivas. A oposição entre instintos de vida e instintos de morte é análoga a tão comum polaridade entre amor e ódio na vida erótica. Onde é possível notar que um instinto está sempre amalgamado ao outro. Aquilo que tende a preservar e unir está misturado com aquilo que tende a destruir e matar.

Um bom exemplo desse modo de funcionamento psíquico são os sonhos que ocorrem nas neuroses traumáticas. O sonhador é arrastado de volta, repetidamente, para a situação em que o trauma ocorreu, acordando em outro susto. Isto nos leva a refletir sobre uma estranha tendência masoquista do ego. Pois observamos a repetição da dor pelo próprio sofrimento. Como se houvesse uma compulsão do ego a repetir o desprazer para dominá-lo, na tentativa de assumir um papel ativo em face de uma situação vivida de forma passiva. Esses sonhos repetem o acidente e são uma tentativa tardia de dominar o estímulo. Se antes a omissão da ansiedade havia causado a neurose traumática, agora o ego está com suas defesas preparadas. Assim, não podemos classificar os sonhos das neuroses traumáticas como realizações de desejo, sob a dominância do princípio de prazer. Já que obedecem a uma compulsão à repetição, atraída pelo instinto de morte. Segundo Paulo Endo (2010) – em “Imagens Estilhaçadas: narrativas sobre o Grito, Elaboração Onírica e os Destinos do Traumático” –, os

sonhos traumáticos atestam o fracasso da elaboração onírica desde que a dor é infinitamente repetida. O sofrimento psiquicamente insuportável, fisicamente insistente, sobrevive em imagens oníricas dentro do psiquismo. Numa ausência de figurabilidade, o sonho traumático é literal, ele perdura a experiência do absurdo. O terror que instala esses sonhos no instante traumático convoca o psiquismo para salvar o corpo no momento do perigo.

Fato é que nossos refugiados africanos não retornaram de um campo de batalha. Verdade, porém, que eles estavam mais interessados em não pensar no passado traumático do que se ocupar com essas lembranças em suas vidas cotidianas. Verdade, também, que eles eram assaltados por recordações, que os traziam de volta repetidamente ao trauma, fazendo-os mais uma vez tremer as pernas de susto. Se fôssemos levar a hipótese de Freud adiante, poderíamos supor que essas recordações insistentes dos refugiados africanos, tal qual os sonhos traumáticos, eram um esforço por dominar uma excitação traumática. Porém, agora numa posição diferente, já que o ego encontra-se preparado para a ansiedade ou melhor pronto para o golpe.

*

Todo o interesse de Freud na teoria do trauma se direcionou para a investigação das conseqüências do golpe externo no psiquismo e para sua localização na teoria da libido⁶.

⁶ Na introdução de 1919 para o livro *A Psicanálise e a Neurose de Guerra*, Freud escreve: “A teoria da etiologia sexual das neuroses ou, como preferimos dizer, a teoria da libido das neuroses, foi originalmente exposta apenas em relação às neuroses de transferência da época de paz. [...] A sua aplicação, porém, a outros distúrbios que agrupamos depois como as neuroses narcísicas, já encontrou dificuldades. Uma demência precoce, uma paranóia ou uma melancolia comuns são, essencialmente, material bastante inadequado para demonstrar a validade da teoria da libido. [...] As neuroses traumáticas de tempos de paz, porém, foram sempre consideradas, nesse aspecto, como o material mais refratário de todos; de modo que a emergência das neuroses de guerra não podia introduzir qualquer fator novo na situação que já existia.” (p. 225). “Além do Princípio de Prazer” de 1920 é também uma oportunidade para Freud recapitular o desenvolvimento de sua teoria da libido. Primeiramente, a análise das neuroses de transferência permitiu a oposição entre os ‘instintos do ego’, que servem à autoconservação do indivíduo, e os ‘instintos sexuais’, que se dirigem para um objeto. A psicanálise esboçou a popular divisão dos instintos entre ‘fome’ e ‘amor’. O passo seguinte foi dado quando a psicanálise aprofundou as investigações do ego, então observou a regularidade com que a libido é retirada do objeto e dirigida para o ego (o processo de inversão). Assim, chegou à conclusão de que o ego é o verdadeiro e original reservatório da libido, sendo apenas desse reservatório que ela se estende para os objetos. A libido que se alojara no ego foi descrita como ‘narcísista’. Desta forma, a oposição entre os instintos do ego e os instintos sexuais não se mostrou apropriada. Pois os instintos do ego também tinham um caráter libidinal e os instintos sexuais também operavam no ego. Por fim, os instintos do ego se transformaram em instintos de morte e os instintos sexuais, em instintos de vida (p. 61-63).

Freud não teve intenção alguma de procurar a determinação histórica do trauma, para se remeter àquilo mesmo que deu origem a sua teoria, ou seja, a industrialização em grande escala. Em compensação, descreveu com detalhes a gênese psíquica da excitação traumática e a defesa contra ela. Isto nos permite acompanhar os efeitos no homem do trauma que surge na modernidade.

Portanto, todo o campo do trauma, sofrido pelo homem moderno no seu embate com a técnica, permaneceu descoberto nos estudos psicanalíticos. Michael Löwy (1989), em “Theologia Negativa” e “Utopia Negativa” Franz Kafka”, nos mostra uma carta de Kafka a Felice de 1916 sobre um apelo público para a construção de um hospital destinado aos doentes nervosos vítimas da guerra, onde o escritor localiza o sofrimento dos combatentes nas máquinas de matar:

A guerra mundial, que concentrou em si toda a miséria humana, é também, mais do que toda guerra anterior, uma guerra de nervos. [...] Do mesmo modo que nas últimas décadas de paz a utilização intensiva das máquinas punha em perigo, perturbava e tornava doentes os nervos daqueles que delas se ocupavam, o papel enormemente acrescido das máquinas nas ações de guerra atualmente provoca os mais graves perigos e sofrimentos para os nervos dos combatentes (p. 80).

3. O declínio da narrativa

No final da [primeira] guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável. E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. Não havia nada de anormal nisso. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra de material e a experiência ética pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano (p. 198).

A citação selecionada acima é do ensaio “O narrador” de Walter Benjamin, escrito em 1936. A guerra mundial, apenas, tornou manifesta a ausência do narrador no meio de nós e a extinção da arte de narrar. Isto continua até hoje, porque as experiências estão deixando de ser

comunicáveis. E a fonte a que recorriam todos os narradores era a experiência que passava de boca em boca, vinda tanto de terras longínquas como do passado distante. O declínio da narrativa repousa na impossibilidade de uma tradição comum, que garantiria a presença de uma experiência durável, que pudesse ser transmitida como um anel de geração em geração.

Com a evolução das forças produtivas, a experiência coletiva se perde e a tradição deixa de orientar a vida dos homens. As formas tradicionais de narrativas desaparecem, enquanto formas mais decaídas surgem, como o romance e a informação jornalística. Assim, o processo que vai culminar na morte da narrativa, também, cria as condições para o surgimento do romance no início da modernidade. O narrador retira o que ele conta da tradição oral e a alimenta. Parte de sua própria experiência ou da relatada pelos outros, depois incorpora a experiência de seus ouvintes às narrativas. O romancista está isolado. Já não pode mais falar de suas preocupações, nem das preocupações alheias. Não sabe receber, nem dar conselhos. Segundo Benjamin, Georg Lukács viu com grande lucidez que somente o romance separa o sentido e a vida, desta forma o sujeito só pode ultrapassar esse dualismo quando apreende o sentido da sua vida. “A moral da história” e “o sentido da vida” distinguem entre si o estatuto histórico da narrativa e do romance. A narrativa justifica a pergunta: o que aconteceu depois? Por sua vez, o romance não pode dar um passo além do fim, quando convida o leitor a perceber a unidade da vida através da apreensão de seu sentido. O ávido leitor de um romance é solitário e quer devorar sua leitura. Consome um destino alheio, ao ler o “sentido da vida” do personagem. Tudo isso para buscar o calor que ele não encontra em seu próprio destino gelado e somente se revela com a morte escrita no livro.

Com a consolidação da burguesia, a informação é capaz de ameaçar mais a arte de narrar do que o romance. Enquanto as notícias que recebemos de todo o mundo são acompanhadas de explicações; as narrativas evitam impor o contexto psicológico da ação para que o leitor possa interpretar a história como quiser, ampliando o episódio narrado. Benjamin nos mostra o relato do primeiro narrador grego, Heródoto:

Quando o rei egípcio Psammenit foi derrotado e reduzido ao cativo pelo rei persa Cambises, este resolveu humilhar seu cativo. Deu ordens para que Psammenit fosse posto na rua em que passaria o cortejo triunfal dos persas. Organizou esse cortejo de modo que o prisioneiro pudesse ver sua filha degradada à condição de criada, indo ao poço com um jarro, para buscar água. Enquanto todos os egípcios se lamentavam com esse espetáculo,

Psammenit ficou silencioso e imóvel, com os olhos no chão; e, quando logo em seguida viu seu filho, caminhando no cortejo para ser executado, continuou imóvel. Mas, quando viu um dos seus servidores, um velho miserável, na fila dos cativos, golpeou a cabeça com os punhos e mostrou os sinais do mais profundo desespero (p. 203-204).

Heródoto nada explica. É a secura do seu relato que permite a história ainda suscitar, em nós, espanto e reflexão. Pois podemos fabular várias explicações.

A narrativa é ela própria uma forma artesanal de comunicação, que não está interessada em transmitir a coisa narrada como uma informação. Antes pretende imprimir a marca do narrador na narrativa, “como a mão do oleiro na argila do vaso” (p. 205). A relação entre o narrador e sua matéria-prima – o acervo de toda uma vida humana – é uma relação artesanal. Encontramos a alma, o olhar e a mão do artesão, envolvidos na prática narrativa. Talvez, sua tarefa seja trabalhar sobre uma vida, mas não apenas sobre sua própria experiência como também sobre a experiência alheia.

A arte de narrar é mais do que isto: implica a existência de uma comunidade de ouvintes. Contar histórias é a arte de contá-las mais uma vez. Em cada narrador vive uma Scherazade, que imagina uma nova história em cada passagem da história que está contando. As histórias deixaram de ser conservadas “porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido” (p. 205). O dom de ouvir desapareceu. A comunidade de ouvintes, hoje, se levanta e vai embora em silêncio. Primo Levi, em seu impressionante livro *É isto um homem?* de 1947, sonha que está em casa entre pessoas amigas, narrando o sofrimento dos dias em Auschwitz. “É uma felicidade interna, física, inefável [...] ter tanta coisa para contar, mas bem me percebo de que eles não me escutam. Parecem indiferentes; falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse” (p. 60). Primo Levi depois descobre que este é o pesadelo comum a muitos prisioneiros no campo de concentração. “Por quê? Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?” (p. 60). Alguns sobreviventes de guerra tinham muita coisa para contar, mas sonharam encontrar ouvintes surdos, por isso voltaram emudecidos e não comunicaram coisa alguma. Esta história poderia ter sido interrompida pelo narrador, antes mesmo de ser transmitida para uma comunidade de ouvintes; enquanto a narrativa tradicional de Heródoto pôde ser contada durante milhares de anos, sempre conservando sua força germinativa.

A citação sobre os combatentes que voltam mudos do campo de batalha – encontrada no ensaio “O narrador” – poderia ser lida, sem grandes alterações, num outro ensaio de Walter Benjamin – “Experiência e pobreza” de 1933. São dois textos paralelos que partem da perda da experiência e da narração para chegar em destinos quase opostos. Ou como diria Jeanne Marie Gagnebin (2006) – no capítulo “Memória, História e Testemunho” do livro *Lembrar escrever esquecer*: “eles [os ensaios] iniciam com descrições semelhantes, às vezes literalmente semelhantes, para chegar a conclusões que podem parecer opostas, contraditórias até. É a presença desta oposição que nos assinala, justamente, a gravidade da questão colocada.” (p. 49). No início do ensaio, Benjamin constata que o desenvolvimento da técnica sobrepôs aos homens uma nova forma de miséria: a pobreza de experiência. Não podemos herdar o valor de nosso patrimônio cultural, pois a experiência não mais o vincula a nós. Portanto não se trata de uma pobreza de experiência privada, é honrado confessar que essa pobreza é de toda a humanidade. Hannah Arendt (2003) – em seu “Prefácio: A Quebra entre o Passado e o Futuro” – expressa um pensamento parecido ao constatar que nossa impossibilidade de vínculo com o passado se deve à perda da tradição:

O testamento, dizendo ao herdeiro o que será seu de direito, lega posses do passado para um futuro. Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem (p. 31).

Contudo, Benjamin conclui: surge assim uma barbárie nova e positiva. “Pois o que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? Ela o impele a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda.” (p. 116). São artistas que rejeitam a tradição, adornada com o passado, para dirigir-se ao presente nu. Os arquitetos contemporâneos constroem casas de vidro. Ora o vidro é um material frio e sóbrio, onde nada se fixa. Se, num quarto burguês, vemos os vestígios de seu habitante nos bibelôs sobre as prateleiras e nas franjas ao pé das poltronas; nos novos espaços, é difícil deixar rastros. Benjamin cita o que Bertolt Brecht escreve em seu poema da *Cartilha para os cidadãos*: “Apaguem os rastros!” (p. 118). Jeanne Marie Gagnebin ressalta que:

poema é citado de maneira positiva contra as ilusões consoladoras e harmonizantes das práticas artísticas “burguesas” [...] que não levam em conta a *ruptura* essencial que a arte contemporânea não pode eludir: que a experiência [...] não é mais possível, que a transmissão da tradição se quebra e que, por conseguinte, os ensaios de recomposição da harmonia perdida são logros individualistas e privados (p. 52).

E ela resgata as duas últimas estrofes do poema:

O que você disser não diga duas vezes.
Encontrando seu pensamento em outra pessoa: negue-o.
Quem não escreveu sua assinatura, quem não deixou retrato

Quem não estava presente, quem nada falou
Como poderão apanhá-lo?
Apague os rastros!

Cuide, quando pensar em morrer
Para que não haja sepultura revelando onde jaz
Com uma clara inscrição a lhe denunciar
E o ano de sua morte a lhe entregar
Mais uma vez:
Apague os rastros!

(Assim me foi ensinado.) (p. 52).

Esta história é uma denúncia do nosso tempo, levanta-se contra as tentativas de recompor as narrativas tradicionais, ao modo do relato de Heródoto, e mais se aproxima das experiências desmoralizantes num campo de concentração, que Primo Levi sonha estar narrando e não encontra quem as escute.

Portanto eis a pobreza de experiência, para Benjamin: “não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência.” (p. 118). E precisam instalar-se com poucos meios no novo. É assim que a humanidade se prepara, para sobreviver à cultura.

4. A experiência do choque

Mas a incapacidade dos sobreviventes em comunicar a experiência da guerra não se deve apenas ao fato da narrativa estar em baixa, por conta do avanço das forças produtivas e da técnica na sociedade capitalista. É preciso levar em conta a experiência do choque na

modernidade e a impossibilidade da narração tradicional em assimilar o choque contra o “frágil e minúsculo corpo humano”, “num campo de forças de torrentes e explosões”.

No ensaio “Sobre alguns temas em Baudelaire” de 1939, Walter Benjamin se reporta ao texto de Freud *Além do Princípio do Prazer* para estabelecer uma correlação entre a memória e a consciência. O sistema psíquico consciente recebe os estímulos do mundo externo, mas nenhum traço mnemônico é por ele registrado. A função de acumular traços permanentes como fundamento da memória está reservada a outros sistemas psíquicos. “A conscientização e a permanência de um traço mnemônico são incompatíveis entre si para um mesmo sistema” (Freud *apud* Benjamin, p. 108). A excitação externa não deixa no consciente qualquer modificação duradoura de seus elementos, antes se esfumaça quando de sua conscientização. Já os resíduos mnemônicos mais intensos são aqueles, cujo processo que os imprime jamais chegam ao consciente.

Para o sistema consciente, quase mais importante do que receber os estímulos do mundo externo, é exercer a função de proteger o aparelho psíquico contra a influência destrutiva das imensas excitações advindas do exterior. O choque traumático é o rompimento desta barreira contra os estímulos. Quanto maior a ameaça de choque, maior a participação da consciência na tentativa de proteger o organismo contra este excesso de estímulo e menor a possibilidade deste estímulo se tornar um traço permanente acumulado na memória. Em situações de choque, o organismo prioriza as funções do consciente em detrimento das funções da memória.

Benjamin desloca a oposição freudiana entre a memória e a consciência, propondo a oposição entre a experiência e a vivência. “Quanto maior é a participação do fator do choque em cada uma das impressões [...] tanto menos essas impressões serão incorporadas à experiência, e tanto mais corresponderão ao conceito de vivência” (p. 111). Para Freud, quando a consciência precisa fortalecer-se para fazer frente a um choque, a memória se enfraquece. Para Benjamin, enquanto a vivência atende aos apelos da atenção presente, ela não guarda traço algum do passado, indicando a pobreza da experiência.

Bergson já demonstrava que a estrutura da memória era decisiva para a estrutura da experiência, segundo Benjamin, no título de seu livro *Matière et Mémoire* (Matéria e Memória). A experiência é matéria da tradição, na vida privada e coletiva. Forma-se com dados acumulados e inconscientes que afluem à memória.

Proust, no seu livro *Em Busca do Tempo Perdido*, tentou reproduzir artificialmente, sob as condições sociais de seu tempo, a experiência tal qual Bergson a imaginava. Porém, introduziu um elemento novo, pois divergia da opinião do teórico, segundo a qual a presentificação intuitiva do fluxo da vida era uma questão de livre escolha. A *mémoire involontaire* indicava estar por conta do acaso o fato de o indivíduo poder ou não se apossar de sua experiência. A tarefa do escritor de fazer a narração de sua infância deparava-se com as marcas de sua época, em que o indivíduo isolado tem dificuldades de ter uma experiência, ou seja, mesclar na memória o passado individual com o passado coletivo.

A poesia lírica de Baudelaire, ainda segundo Benjamin, fundamentou-se na experiência do leitor, para a qual o choque era a norma, mas implicava a emancipação com respeito às vivências. Era uma poesia com alto grau de conscientização: o artista duelava com o mundo em resistência ao choque. Existia em Baudelaire uma íntima relação entre a experiência do choque e o contato com as massas urbanas. “Não se trata de outra coisa [as massas] senão de uma multidão amorfa de passantes, de simples pessoas nas ruas” (p. 113). Para abrir caminho através da multidão, somente desferindo golpes de esgrimista. Mas é esta mesma multidão que traz uma mulher toda de luto que passa e desperta o amor do poeta. Porém, a mulher que é trazida pela multidão, depois é arrastada por ela. “Efêmera beldade [...] Não mais hei de te ver senão na eternidade?” (p. 117). Baudelaire reconhecia a natureza inumana da massa, bem como seu envolvimento e atração.

O comportamento dos transeuntes na multidão é uma reação a choques. Este movimento que mais lembra um autômato corresponde ao movimento dos operários junto às máquinas. Segundo Benjamin, Marx insiste que a conexão entre as etapas do trabalho é contínua no artesanato e coisificada na linha de montagem das fábricas. Os operários aprendem a coordenar seu próprio movimento ao movimento uniforme e constante da máquina. O operário não especializado é o mais degradado pelo condicionamento da máquina. Seu trabalho é alheio a qualquer experiência, a prática não lhe serve para nada.

Na série das poesias-spleen (melancolia) de Baudelaire, encontramos o desmoronamento da experiência. O tempo é sem história. E a percepção do tempo está por demais aguçada. O consciente está pronto para amortecer o choque de cada segundo. Diz Benjamin: “Os sinos, que outrora anunciavam os dias festivos, foram excluídos do calendário,

como os homens. Eles se assemelham às pobres almas que se agitam muito, mas não possuem nenhuma história” (p. 136).

Mas é no cinema que a estética do choque ganha maturidade. Uma nova forma de arte é oferecida à sensibilidade do homem moderno, saturada pela experiência do choque. O filme exercita as novas percepções e reações do homem moderno diante da máquina, que o aliena de sua humanidade na vida cotidiana num processo de trabalho cada vez mais fragmentado. É o que nos mostra Walter Benjamin, em “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” de 1935-36. A análise do texto centra-se na “destruição da aura” das obras de arte, que deixam de ter uma função ritual e uma produção totalizante. Todo o texto é permeado pela tentativa de formular “exigências revolucionárias na política artística”, com um pano de fundo marxista. Mas não se presta a ressuscitar formas de arte – a pintura, a fotografia, o teatro – que entraram em crise junto ao processo de proletarização dos homens contemporâneos e sua crescente massificação. Assim como o processo de trabalho sofreu uma crescente fragmentação, o filme não é produzido de uma só vez, antes é montado a partir de imagens isoladas e seqüências de imagens. O espectador não pode deter sua atenção em uma única imagem, mas é preciso que ele troque uma imagem por outra para acompanhar o filme. Diante de um quadro, o espectador é convidado para a contemplação. Ele pode abandonar-se às suas associações. Diante de um filme, o espectador não poderá fixar as imagens. À medida que ele percebe uma imagem, ela já não é mais a mesma. As associações de idéias são interrompidas a cada mudança de imagem, pois o psiquismo precisa estar concentrado no presente para interceptar e assimilar o choque.

O homem contemporâneo precisa se confrontar com perigos intensos e interceptar o choque por uma atenção aguda. Todo seu aparelho perceptivo sofre uma metamorfose profunda. É o que ocorre com o passante, numa escala individual, quando enfrenta o tráfico. É o que atinge o espectador de cinema, numa escala coletiva, toda vez que precisa interromper sua associação de idéias, com a mudança de imagem. É o que se passa, numa escala histórica, com aquele que combate à ordem social vigente.

Para Sérgio Paulo Rouanet, (1981) – em “Choque e Memória” de seu livro *Édipo e o Anjo* – algo salta de imediato aos olhos na leitura que Benjamin faz de Freud, pois ele não distingue o acontecimento não-traumático, que é aparado pela barreira de proteção da consciência, sendo incapaz de provocar choques, do acontecimento traumático, que força as

barreiras protetoras, produzindo o choque. Para Benjamin, toda excitação que colide contra a barreira provoca o choque.

Mas isto é alheio à formulação de Freud, segundo a qual a consciência intercepta as excitações em sua função de assegurar a preservação do organismo, excluindo os estímulos excessivos sem receber qualquer choque. Contudo, a tese de Benjamin naquilo que ela tem de inovadora poderia se tornar compatível com a teoria de Freud, segundo Rouanet. Pois as excitações traumáticas tornaram-se muito mais freqüentes na modernidade, expondo a consciência a situações de choque a todo instante.

Uma hipótese complementar valida essa interpretação. Após haver o rompimento da barreira da consciência pelas fortes energias exteriores, Freud diria que a angústia destinada à preparação para o perigo entra em cena como um segundo dispositivo de defesa, deslocando todas as energias do psiquismo para a proximidade do ponto em que ocorreu a ruptura da barreira de proteção da consciência, para opor aos estímulos excessivos um contra-investimento capaz de neutralizá-los. Esse contra-investimento de angústia ocorre, segundo Freud, “ao preço do empobrecimento de todos os outros sistemas psíquicos e portanto ao preço da paralização ou redução do conjunto da atividade mental” (Freud *apud* Rouanet, p. 76). A atrofia benjaminiana da memória e da experiência não é mais a consequência da concentração energética na defesa contra o choque, agora é a consequência da mobilização de todas as energias disponíveis para neutralizar os efeitos dos choques dos acontecimentos traumáticos que não foram interceptados pela barreira de proteção da consciência. Assim, se confirmaria “a imagem do homem moderno como um autômato, dotado de um comportamento meramente reflexo, incapaz de se vincular a seu próprio passado e à tradição, porque todas as suas instâncias psíquicas foram empobrecidas para alimentar o estado de angústia” (p. 76). Portanto, haveria um esvaziamento da memória tanto na gênese da situação traumática quanto na defesa contra ela.

A partir destas elaborações teóricas de Walter Benjamin, podemos levantar uma outra hipótese sobre o esquecimento do passado pelos refugiados africanos. De fato, eles não voltaram do campo de batalha, nem tiveram que enfrentar as máquinas nas ações de guerra – segundo Kafka, isto teria provocado “os mais graves perigos e sofrimentos para os nervos dos combatentes”. Mas são sobreviventes de guerra. Uma hipótese benjaminiana nos leva a pensar que estes refugiados africanos preferiram esquecer o passado traumático a assimilar o choque

no interior de uma narrativa. É mais do que isto, na tentativa de fazer frente ao fator do choque, as impressões não puderam vincular-se ao passado, enriquecendo a experiência, mas tiveram que se atrelar unicamente ao presente, acentuando a vivência.

5. É possível elaborar o passado?

Mesmo que queiram, os sobreviventes de guerra estão impedidos de esquecer o passado – na tentativa de dominar o golpe excessivo, acabam presos à repetição sem fim do trauma. É o que pensa Freud. No entanto, lembram calados – as experiências da guerra deixaram de ser transmitidas de boca em boca, após o declínio da narrativa e o advento da experiência do choque, com o avanço da sociedade capitalista. É disto que trata Walter Benjamin. De fato, nossos refugiados africanos eram assaltados por recordações, que eles não queriam lembrar. Talvez fossem lembranças que os arrastavam de volta ao trauma. Mas não queriam compartilhar seu passado traumático, antes permaneciam emudecidos. Talvez eles não pudessem assimilar o choque da experiência de guerra no interior de uma narrativa.

Entretanto, mesmo que encontrem pessoas não dispostas a escutar, alguns sobreviventes sentem-se impelidos a narrar os horrores da guerra, como Primo Levi, oferecendo um testemunho que impeça o apagamento de seus efeitos na memória dos homens. Será possível, então, elaborar o passado em situações limites de catástrofes provocadas pelo próprio homem? Para investigar a elaboração do passado, iremos buscar algumas pistas em dois textos de Freud – “Recordar, repetir e elaborar” e “Luto e Melancolia” – e no texto de Walter Benjamin – “Sobre o conceito da história”.

“Recordar, repetir e elaborar”, escrito em 1914, diz respeito a recomendações sobre a técnica da psicanálise. Apesar de Freud tratar neste texto de aspectos eminentemente clínicos, pensamos que ele dá um passo além nas considerações sobre a compulsão à repetição. É preciso haver um esforço conjunto entre o médico e o paciente, através de um ato de coragem e paciência, para dirigir a atenção à doença. Porque o acesso às lembranças enterradas está encoberto pelas ações repetitivas do paciente, que precisam ser elaboradas. “O paciente não *recorda* coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas expressa-o pela atuação ou atua-o [...] Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; *repete-o*, sem, naturalmente, saber que o está repetindo” (p. 165). Aqui, a compulsão à repetição do passado esquecido substitui o

impulso a recordar. Mas o recordar somente abre caminho à atuação, quando a resistência se torna acirrada, reprimindo o aparecimento das lembranças enterradas. Freud recomenda tratar a doença não como um acontecimento do passado, mas como um fato do presente. Enquanto o paciente experimenta a enfermidade como algo contemporâneo, o trabalho terapêutico deverá remontá-la ao passado. É um triunfo para o tratamento transformar algo que o paciente quer descarregar em ação num motivo para o trabalho de recordação. Assim, o médico permite levar as reações repetitivas do paciente, ao longo dos caminhos familiares, até o despertar das lembranças, que aparecem após a resistência ter sido superada. Portanto, o primeiro passo do analista é revelar a resistência ao paciente, para que ele possa familiarizar-se com ela. Porém, deve-se dar tempo ao paciente para *elaborá-la*, de modo que possa superá-la pela continuação do trabalho analítico.

No texto “Além do princípio de prazer” de 1920, Freud considerava que o ego para dominar o golpe externo que havia inundado o psiquismo insistia na repetição do trauma, assim, emaranhava-se em dor e sofrimento. Aqui, neste texto, Freud dá um passo além nas considerações a respeito da compulsão à repetição. Mesmo que suas reflexões não girem em torno de recordar lembranças propriamente traumáticas, trata-se de uma rica contribuição para pensarmos a elaboração do passado. Vimos que a insistência em repetir é uma resistência, que precisa ser elaborada, no caminho em direção à recordação.

Já no texto, “Luto e Melancolia”, escrito em 1917, Freud procura lançar luz sobre a natureza da melancolia a partir da comparação com o luto. As causas ambientais são as mesmas para ambas as condições. Trata-se de uma reação “à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade, ou o ideal de alguém, e assim por diante” (p. 249). No luto, a perda revela ao ego que o objeto amado não existe mais, porém ainda é preciso continuar a viver. Desta forma, toda a libido é retirada de suas ligações com o objeto perdido e deslocada para um objeto substituto. Isto ocorre não sem antes atravessar uma oposição. Pois ninguém de bom grado abandona um objeto amado. O apego ao objeto é evocado mais uma vez e a existência do objeto perdido é prolongada psiquicamente, até que se realize o desligamento da libido em relação a cada uma de suas lembranças. Com o fim do trabalho de luto, o ego está outra vez livre e desinibido.

Na melancolia, o paciente “sabe *quem* ele perdeu, mas não o *que* perdeu nesse alguém” (p. 251). A perda melancólica do objeto existe retirada da consciência, já a perda no luto não

revela nada de inconsciente. No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio pela ausência do objeto amado; na melancolia, contudo, é o ego que se esvazia e empobrece. Aqui uma parte do ego se coloca contra a outra, julgando-a criticamente:

Se se ouvir pacientemente as muitas e variadas auto-acusações de um melancólico, não se poderá evitar, no fim, a impressão de que freqüentemente as mais violentas delas dificilmente se aplicam ao próprio paciente, mas que, com ligeiras modificações, se ajustam realmente a outrem, a alguém que o paciente ama, amou ou deveria amar [...] percebemos que as auto-recriminações são recriminações feitas a um objeto amado, que foram deslocadas desse objeto para o ego do próprio paciente (p. 253-254).

O estado esmagado da melancolia nada mais é do que endereçar para si mesmo a revolta contra a desconsideração e a injustiça sofrida. Após a perda, o melancólico não retirou a libido do objeto amado e a deslocou para um novo objeto, antes a enviou de volta para o próprio ego. Ali, contudo, a libido foi empregada para estabelecer uma identificação do ego com o objeto abandonado. “A sombra do objeto caiu sobre o ego” (p. 254). Assim, o ego como se fosse o objeto abandonado passou a ser julgado pela sua outra parte, a atividade crítica do ego. O conflito entre o ego e a pessoa amada foi substituído pela separação entre a atividade crítica do ego e o ego alterado pela identificação.

A um só tempo, o objeto é abandonado pelo melancólico e conservado por ele. Através de um ato de identificação, o objeto abandonado é preservado pelo ego. Assim, mesmo sem se defrontar com os obstáculos, é possível manter a relação amorosa. Pois a identificação se torna um substituto para o investimento objetal. Trata-se de uma regressão ao narcisismo. A relação amorosa retrocedeu para uma identificação narcísica. Já que a identificação é a primeira forma, pela qual o ego escolhe um objeto. Dessa forma, o ego incorpora a si o objeto do abandono: “refugiando-se no ego, o amor escapa à extinção” (p. 262).

Mas não é só isto. O investimento amoroso do melancólico no seu objeto sofre um duplo destino: uma parte regride à identificação narcísica e outra parte é levada de volta ao sadismo. Portanto, a relação com o objeto é complicada também pelo conflito devido à ambivalência, onde se digladiam amor e ódio. Pelo caminho indireto da autopunição, o melancólico tortura o ente amado, vingando-se através de sua doença, ao invés de expressar

abertamente sua hostilidade contra ele. Porém, depreciar e degradar o objeto é também matá-lo, para que a melancolia possa chegar a um fim⁷.

Este texto nos interessa, pois assinala um perigo. É preciso evitar a melancolia, que prefere provocar o esvaziamento em si mesmo a encarar a pobreza do mundo, após a perda do objeto amado. Tudo se passa como se o objeto ainda não tivesse partido, pois ele sobrevive no ego, que o incorpora a si através da identificação. O objeto vive um pouco às custas da morte do ego. Segundo Nicolas Abraham e Maria Torok, (1995) – em “Luto ou Melancolia” do livro *A casca e o núcleo* – é para não “engolir” a perda, em seu sentido figurado, que se engole o objeto perdido, ao pé da letra. A “cura” mágica por incorporação recusa o luto, recusa introjetar (Ferenczi) em si mesmo a própria parte depositada e perdida no objeto. É porque a boca não pode articular certas palavras que se introduzirá o objeto no corpo. Trata-se de uma impossibilidade de falar diante de um terceiro sobre o luto de que se é portador. A incorporação é o destino para as perdas narcísicas que não podem se confessar. A hipótese de Abraham e Torok é a de que isto ocorre no caso do luto vergonhoso. Qual seria a vergonha de confessar as perdas, provocadas pela guerra em África? Assim, os africanos correm o risco de se manter às voltas com auto-recriminações, ao invés de expressar seu ódio contra as causas políticas do refúgio. O melancólico revela uma dificuldade em elaborar o luto e manter-se vivo, por meio de novos investimentos da libido. Isto o impede de se libertar do peso do passado e tomar coragem para voltar a agir no presente.

Mesmo que Freud não tenha vinculado os dois textos, Paul Ricoeur (2007) propõe compará-los no seu livro *A memória, a história, o esquecimento*, em “Nível patológico-terapêutico: a memória impedida” e “O esquecimento e a memória impedida”. Afinal, ambos os textos tratam de uma atração perigosa: “no lugar da lembrança, a passagem ao ato – no lugar do luto, a melancolia” (p. 86). Mas se o tratamento demanda paciência ao médico e ao paciente na passagem da repetição à lembrança, o luto também requer um tempo. Ou ainda, “o trabalho de rememoração não se dá sem o trabalho de luto pelo qual nos desprendemos dos objetos perdidos do amor e do ódio” (p. 453).

O interesse de Paul Ricoeur vai além da comparação entre estes dois textos de Freud, recai em transpor para o plano da memória coletiva e da história as categorias psicanalíticas de

⁷ Para uma leitura detalhada do texto freudiano “Luto e Melancolia”, ver “Uma Nova Leitura das Origens da Teoria das Relações Objetais” de Thomas H. Ogden (2004).

trabalho de lembrança e trabalho de luto. Propomos analisar dois exemplos, onde é possível verificar um verdadeiro exercício público de lembrança e de luto.

O primeiro exemplo é a cura que o padre Pedro Arrupe realizou em centenas de japoneses, sobreviventes da bomba de Hiroshima⁸. De fato, aquele 6 de agosto de 1945 fez do jesuíta espanhol um médico e cirurgião. Ele transformou a casa dos noviços em Nagatsuka num hospital improvisado e aplicou seus conhecimentos de medicina, adquiridos anos atrás na Faculdade de Medicina em Madrid. Pe. Arrupe tratou os efeitos da bomba (em suas ondas explosiva, térmica e radioativa) no corpo dos feridos. Alimentar os sobreviventes em abundância, limpar as feridas e abrir as bolhas, bem como cicatrizá-las com ácido bórico promoveu um restabelecimento total. Não houve um único caso de quelóide, as cicatrizes na pele que os japoneses nomearam de “garras do diabo”. Só isto não seria pouco. Havia uma escassez angustiante de médicos em Hiroshima após a explosão. Multidões de feridos caíram nas mãos de curandeiros improvisados e enfermeiras com curso incompleto, que pincelavam com um *fude* mercurocromo nas chagas, destruindo os tecidos. A terapêutica caseira era ainda pior. Os japoneses acreditavam que polpa de nabos, purê de batatas, cinza de carvão vegetal e azeite eram muito bons para queimaduras. Tudo isto produzia uma aparência de cicatrização, mas revelava matéria mole por baixo. Porém, não foram apenas as feridas do corpo que o padre tratou. Na sua capela, celebrou missas sobre Hiroshima:

A capela, semidestruída, estava repleta do estremecimento de enfermos que jaziam no solo, apoiados uns nos outros, sofrendo atrocemente e contorcendo-se de dor. Comecei a missa como pude, no meio daquela massa humana que não tinha a menor idéia do que estava acontecendo ali no altar. Jamais me esquecerei da terrível impressão que tive no momento em que me virei para eles [...] e contemplei aquele espetáculo do altar. Não me saiu palavra, fiquei paralisado, de braços abertos, contemplando aquela tragédia: a ciência humana, o progresso técnico postos a serviço da destruição do gênero humano. Eles me olhavam com olhos cheios de angústia, de desespero, como se esperassem que lhes viesse algum consolo daquele altar. [...] Uma oração por aqueles que haviam tido a crueldade de lançar a bomba saiu espontaneamente de meus lábios: ‘Senhor, perdoai-os porque não sabem o que fazem’ e outra por aqueles que jaziam junto a mim, retorcendo-se de dor: ‘Senhor, concedei-lhes a fé [...] para que vejam; dai-lhes força para suportar a dor.’

⁸ Sobre a bomba atômica no Japão, ver também os filmes: *Rapsódia em agosto* de Akira Kurosawa (1991) e *Hiroshima mon amour* de Alain Resnais (1959).

O segundo exemplo é da Comissão “Verdade e Reconciliação”, que nasceu em 1996 pela iniciativa do presidente da África do Sul, Nelson Mandela, sendo presidida pelo arcebispo Desmond Tutu. Um retrato desta experiência está no filme de John Boorman (2004), *Em Minha Terra*. E um relato pode ser encontrado no livro de Paul Ricoeur (2007), *A memória, a história, o esquecimento*, em seu epílogo “Dom e perdão”. A comissão examinou os atos de violação dos direitos humanos, cometidos entre março de 1960 e maio de 1994 durante o regime do apartheid. Também estudou os pedidos das vítimas, em vista de indenização e reparação através de ajuda material e apoio psicológico. A comissão foi baseada no costume africano do “ubuntu”. Trata-se de uma filosofia humanista, que enfatiza a união entre o individual e o coletivo: aquilo que machuca um, machuca a todos. Devemos procurar unir as pessoas, através daquilo que elas têm em comum e não daquilo que as torna diferentes umas das outras. O “ubuntu” se esforça por criar harmonia entre as pessoas pela absolvição da transgressão e não pela vingança. A comissão possibilitou uma série de audiências pelo país, em que assassinos e torturadores confrontavam suas vítimas. Sob a condição de confessar toda a verdade sem disfarces e expressar arrependimento, comprovando que os crimes foram politicamente motivados; eles poderiam receber o pedido de perdão e a anistia.

A comissão tratou de “compreender e não vingar”, marcando um contraste com os grandes processos criminais de Nuremberg e Tóquio. É o que mostra Paul Ricoeur, que cita Sophie Pons:

Desde a noite dos tempos, diz-se que todo crime merece castigo. Foi nos confins do continente africano, pela iniciativa de um antigo prisioneiro político e sob a direção de um homem de Igreja, que um país explorou uma nova via, a do perdão aos que reconhecem suas ofensas (p. 490).

Rezando missas sobre Hiroshima, Pe. Arrupe pôde prevenir o “quelóide da personalidade” entre os japoneses – evitando o sentimento de culpa, comum em muitos sobreviventes de guerra, que se envergonham do mau que não cometeram – ao contemplar a verdadeira causa política da tragédia: “a ciência humana, o progresso técnico postos a serviço da destruição do gênero humano”. Somente, então, pediu ao Senhor que perdoasse aqueles que tiveram a crueldade de lançar a bomba e que concedesse força aos japoneses para suportar a dor. “Torrentes de graça brotariam, sem dúvida, daquela hóstia e daquele altar”. “A caridade cristã [...] tinha comunicado uma serenidade [aos japoneses] que os ajudou a sorrir na dor e até

mesmo a perdoar quem os fizera sofrer”. Os sul-africanos não quiseram apagar o passado, antes pretendiam trazer à tona os crimes. O perdão estava condicionado ao reconhecimento público por parte dos criminosos de seus atos. A elaboração do passado supõe antes revelar publicamente quem de fato cometeu o mal e quais foram os crimes cometidos. Porém, ao invés do passado resgatado desembocar na autopunição, sempre às voltas com o sentimento de culpa, ou na vingança, é possível oferecer o perdão.

O trabalho de lembrança e de luto dirige a atenção ao passado, a partir das preocupações suscitadas no presente. Pois se dedicar excessivamente ao passado é uma outra forma de virar às costas aos horrores do presente. Nietzsche (2003) – na *Segunda Consideração Intempestiva. Da utilidade e desvantagem da história para a vida* – diz: “Certamente precisamos da história, mas não como o passeante no jardim do saber [...] precisamos dela para a vida e para a ação” (p. 5). A história que instrui, sem vivificar, torna-se supérflua e luxuosa. Saber esquecer e lembrar no tempo certo “são na mesma medida necessários para a saúde de um indivíduo, um povo e uma cultura” (p. 11). Contra o padecimento por febre histórica, o excesso de história, de nossa época, Nietzsche prescreve “a arte e a força de poder esquecer”, bem como “os poderes que desviam o olhar do vir a ser” (p. 95).

Walter Benjamin, em seu texto “Sobre o conceito da história” de 1940, escreve: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (tese 6). “Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão” (tese 7). Contudo, Benjamin considerava que o anjo da história devia ter o mesmo aspecto do quadro de Paul Klee, *Angelus Novus*: olhos escancarados, boca dilatada e asas abertas, como se ele quisesse se afastar de algo que encara fixamente. Com seu rosto voltado para o passado, o anjo da história “vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína”. “Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos”. Mas a tempestade do progresso que sopra do paraíso o impele irresistivelmente para o futuro (tese 9). O progresso é aqui concebido como uma catástrofe única, um amontoado de ruínas. O passado, que acumula escombros sobre escombros, é repetido sempre o mesmo. Mas como deter a tempestade e interromper o progresso?

“A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”” (tese 14). O momento da ação faz “explodir o *continuum* da história” (tese 15). Pois o “agora” é “uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido” (tese 17). O tempo vazio, marcado pelo relógio do progresso, opõe-se ao tempo pleno de “agoras”, em que cada instante contém a chance única de fazer explodir o *continuum* da história. A ação é o salto em direção ao passado para arrancar de seu contexto histórico um momento explosivo apropriado ao combate no presente. A ação dos oprimidos explode o *continuum* da opressão histórica. A ação revolucionária interrompe o tempo dos dominadores⁹.

A rememoração em Benjamin é o salto em direção ao passado, que quer deter-se para juntar os fragmentos, pois sabe que os mortos não estão seguros desde que o inimigo não tem cessado de vencer. Ela combate para salvar as gerações de derrotados, como queria Marx, pois lutar pela redenção das gerações futuras é ter os olhos cravados no progresso (tese 12). Porém, a rememoração somente poderá libertar o passado por meio de seus fragmentos, deixados para trás pelo progresso. Neste sentido, o conceito de catástrofe em Walter Benjamin possui uma dupla face. É o que aponta Márcio Selingmann-Silva – no livro por ele organizado *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. As ruínas são “marcas tanto da destruição como também da conservação: para Benjamin “a destruição fortalece” a eternidade dos destroços”. “As ruínas da memória, em parte soterradas, guardam o esquecido” (p. 410). Esta dupla face da catástrofe também pode ser encontrada “na etimologia latina que deriva “o esquecer” de *cadere*, cair: o desmoronamento apaga a vida, as construções, mas também está na origem das *ruínas* – e das *cicatrices*. A arte da memória, assim como a literatura de testemunho, é uma arte da leitura de cicatrizes” (p. 56).

Portanto, elaborar o passado, tanto em Freud quanto em Walter Benjamin, não é repeti-lo sempre-igual. A compulsão à repetição, para Freud, é uma resistência que deverá ser vencida para abrir caminho rumo à recordação. Isto não ocorre sem o processo de luto, que elabora a dor das perdas, fazendo uso das palavras e não uso do corpo, como na melancolia. O

⁹ Para uma leitura detalhada deste texto, ler o livro de Michael Löwy (2005), *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*.

passado repetido sempre o mesmo, para Benjamin¹⁰, nada mais é do que uma catástrofe acumulativa de ruínas, que deverá ser combatido pela rememoração. Isto interrompe o *continuum* da história, lutando por um passado oprimido em nome das gerações de derrotados. A recordação freudiana e a rememoração benjaminiana são uma rica contribuição teórica para discriminarmos as possibilidades de elaboração coletiva do passado num cenário público, em situações traumáticas e de catástrofe. Antes de tudo é preciso revelar quem cometeu o mal e quais foram os crimes cometidos. Somente, então, é possível oferecer “o perdão difícil”¹¹, como nos mostrou as missas que o Padre Arrupe rezou sobre Hiroshima e a Comissão “Verdade e Reconciliação” na África do Sul.

¹⁰ No livro *Édipo e o anjo*, Sérgio Paulo Rouanet aprofunda “A dialética do novo e do sempre-igual” em Walter Benjamin. A história como *continuum* exclui o verdadeiramente novo, pois nada mais é do que a vitória dos dominadores. Esta é a história do sempre-igual. Somente a história dialética pode se apropriar do novo, apoderando-se dos momentos significativos do passado. Com isso, ela salva o novo aprisionado no passado sempre-igual e faz viver o passado, como *agora*, no presente revolucionário. Um passado trabalhado segundo as necessidades do presente, não é um passado inerte, condenado à indiferenciação do Mesmo, mas sim um *agora*, pronto para renovar o futuro.

¹¹ Referência ao título do epílogo, no livro de Paul Ricoeur.

Capítulo 2. Sobre o Refúgio

1. Migrantes e refugiados

Há um extenso debate sobre a diferenciação entre os migrantes e os refugiados. Discussão que vemos ocorrer dentro da universidade, na busca por definições teóricas, e dentro das instituições de ajuda humanitária, na tentativa de orientar as práticas de proteção jurídica aos refugiados.

Um dos primeiros critérios levantados para efetuar esta separação é a presença ou ausência da “liberdade” no ato de migrar. Enquanto o migrante sócio-econômico supostamente decide migrar por “livre” e espontânea vontade para melhorar de vida; o migrante forçado não sai de seu país porque quer, antes é coagido a se deslocar.

No entanto, será que o ato de migrar se deve mesmo a motivos livremente escolhidos? Jean-Paul de Gaudemar (1977) – no capítulo “O conceito marxista de mobilidade do trabalho” de seu livro *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital* – nos mostra que a mobilidade do trabalho conduz a uma dupla “liberdade”. A bem da verdade, o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho onde bem entender. É ele o ator de sua própria liberdade positiva. Mas é desprovido dos meios necessários à realização de sua força de trabalho, tendo absoluta necessidade de a vender onde o mercado garantir oportunidades para sua subsistência. Ou seja, também está submetido a sua liberdade negativa. Assim, o migrante trabalha por livre e espontânea vontade, somente é escravo de si mesmo por conta de sua própria necessidade, sendo forçado a se deslocar de acordo com as exigências do mercado. Portanto, a mobilidade do trabalhador é condição de exercício de sua força de trabalho, submetido ao modo de produção capitalista. Afinal, o capitalismo começou com a exploração da força de trabalho, mas só poderia nascer quando o trabalhador tivesse adquirido esta mobilidade.

O autor pôde inserir historicamente a mobilidade da força de trabalho no modo de produção capitalista, contudo ele continuou a encarar o trabalho de forma a-histórica. É preciso interpretar o trabalho, a partir de uma teoria crítica de Marx. O trabalho é uma forma de mediação social, própria ao desenvolvimento histórico de nossa sociedade. Seu caráter abstrato se dá pela dissolução do conteúdo próprio de cada trabalho, em nome de uma equivalência a qualquer trabalho no processo de troca de mercadorias, que se igualam e perdem suas distinções no cálculo de seu valor, que é o tempo médio de trabalho socialmente necessário para sua produção. Para Robert Kurz, é mais do que isto. Com o desenvolvimento da maquinaria, apesar de ter ocorrido um aumento da produtividade do trabalho, o capitalismo expulsou o homem do processo produtivo. Ora, bem sabemos que o capital somente pode se valorizar, através da realização da mais-valia, ou seja, da exploração da força de trabalho do homem. Mas o desenvolvimento da técnica substituiu a energia humana e tornou supérflua a mão-de-obra. Com o avanço da terceira revolução industrial, cada vez mais, a produção de riqueza desvincula-se do uso da força de trabalho. No centro da crise capitalista mundial, está a redução da capacidade do trabalho vivo em criar e agregar valor.

Em tempos de crise do trabalho, os migrantes e refugiados são rejeitados e discriminados, considerados supérfluos para o processo de valorização. Ouvimos todo o tempo ampliar as situações de controle dos movimentos migratórios. Apesar disto, muitos ainda continuam a se deslocar para os centros capitalistas que provocaram sua miséria, sem a garantia de serem por eles integrados.

Será que o migrante ainda poderá se iludir com uma melhora de vida, diante do colapso da modernização? Robert Kurz (2005) – em seu texto *Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. Para uma caracterização da situação contemporânea da sociedade mundial* – nos mostra a história da migração submetida à valorização do capital. Entre o século XVI e XIX, a migração foi a consequência da formação do capitalismo na Europa. A migração interna seguia as levadas históricas não simultâneas da modernização nos diversos países. Foi assim que a industrialização impulsionou o êxodo rural, levando um grande número de pessoas a migrarem do campo para as cidades modernas, que se formavam. Esta grande força de atração devia-se menos ao progresso civilizatório e a motivos livremente escolhidos do que ao processo violento de “acumulação primitiva” (Marx), que expulsou os camponeses de suas terras e os desenraizou, e a posterior “coerção silenciosa” (Marx) do

desenvolvimento capitalista no setor agrário. No final do século XVIII e durante o século XIX, existiram fluxos migratórios ultrapassando as fronteiras nacionais. A migração para ultramar acompanhava as crises político-econômicas do início do capitalismo na Europa. Ou seja, a miséria em consequência das guerras de modernização européias de formação estatal e nacional e da Revolução Burguesa de 1848. O resultado desses processos foi a mobilização da força de trabalho para atender a expansão capitalista. O Brasil recebeu levas de migrantes europeus, tangidos pela miséria em seus países, italianos, suíços, portugueses, espanhóis aqui trazidos para substituir a mão de obra escrava. No interior das levas de migrantes por necessidades econômicas, vieram também migrantes fugidos de seus países por problemas políticos.

A migração atual, desde o final do século XX, é universal e global. Ela é consequência da crise da terceira revolução industrial. A microeletrônica, a tecnologia de informação e a globalização do capital fizeram surgir um capitalismo com uma estrutura insular: “ilhas” ou “oásis” de produtividade e rentabilidade estão rodeados por desertos econômicos. O desenraizamento não é mais a expulsão dos camponeses das relações agrárias para o “trabalho abstrato”, é antes a expulsão das pessoas do próprio “trabalho abstrato”. A incapacidade de vender a própria força de trabalho torna um número cada vez maior de trabalhadores “supérfluos”. O resultado é a desmobilização mundial da força de trabalho na crise do capitalismo global.

Portanto, o migrante não é tão livre para migrar onde bem entender quanto sua vontade lhe fazia crer. Antes é forçado a se deslocar, conforme as exigências do capital. Além disso, migrar para melhorar a vida está se tornando uma possibilidade cada vez mais restrita em tempos de crise do trabalho.

Já o refugiado seria forçado a migrar, devido a um cenário de guerra. Perseguido por ameaças de morte, ele fugiria para garantir a própria vida. Mas as guerras que ameaçam os refugiados devem ser analisadas, ao longo da história da modernização. Segundo Robert Kurz, as novas guerras de ordenamento mundial também estão inseridas no contexto global da crise da terceira revolução industrial. O interesse no controle territorial periférico caiu desde o imperialismo clássico. Hoje, somente interessa a proteção dos “oásis” de produtividade contra os fluxos migratórios “supérfluos” – “imperialismo de bloqueamento” – e contra as explosões de violência nas zonas em colapso – “imperialismo de segurança”.

Contudo, quais serão as particularidades das guerras atuais em África, em especial as guerras em Angola e República Democrática do Congo, da onde partiram em fuga nossos refugiados? Não se trata mais das guerras de independência das colônias africanas durante o declínio do imperialismo clássico europeu, que teve início com a partilha arbitrária do continente africano na Conferência de Berlim (1884-1885). Tampouco se trata dos conflitos de pós-independência vinculados à Guerra Fria, quando os estados africanos dependentes e representantes das duas superpotências alinhavam-se aos blocos políticos opostos: capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, e comunistas, liderados pela então União Soviética. Estas guerras pela formação dos estados nacionais africanos, na segunda metade do século XX, apenas contribuíram para o processo de modernização retardatário, num horizonte de expansão do capitalismo. Angola, por exemplo, conquistou a independência de Portugal em 1975. Logo que o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) assumiu o poder, entrou em conflito com a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Na guerra civil que se seguiu, o MPLA foi apoiado pela então União Soviética e por Cuba, enquanto a UNITA recebeu apoio dos Estados Unidos e da África do Sul, num contexto marcado pela Guerra Fria. Angola se manteve em guerra civil de 1975 a 2002. Já a República Democrática do Congo conquistou a independência da Bélgica em 1960. Logo após a independência, eclodiu uma rebelião contra Lumumba, liderada por Tshombe com apoio da Bélgica e dos Estados Unidos. Em 1965, este é derrubado num golpe liderado por Mobutu, que estabelece uma ditadura aliada às potências capitalistas em África.

Atualmente, as guerras civis lutam pelo controle do continente africano, para garantir o fluxo contínuo do capital monetário transnacional, sob a crise do capitalismo mundial. Este é o caso da guerra atual em Kivu, província da República Democrática do Congo, da onde partiu em fuga Gregor. Vários grupos de milícias e rebeldes, liderados pelo general Nkunda, lutam contra as tropas do governo para proteger sua etnia tutsi de ataques por parte de rebeldes ruandeses da etnia hutu. Entre esses rebeldes estariam hutus, acusados de participar do genocídio contra os tutsis, ocorrido em Ruanda em 1994. No entanto, a província de Kivu é rica em minérios raros e estratégicos. O coltan, necessário para a fabricação de celulares, é controlado pelas multinacionais do setor de comunicações, em aliança com o governo ruandês.

Portanto, o refugiado é coagido a migrar. Ele foge das guerras motivadas por razões econômicas, tanto na expansão quanto na crise do desenvolvimento capitalista.

Assim, tanto o migrante da miséria quanto o refugiado da guerra estão entrelaçados pela crise da terceira revolução industrial. É a desertificação econômica que impulsiona as massas em direção aos “oásis” de rentabilidade e que produz as guerras civis sem fim nas zonas em colapso. São essas guerras que fazem surgir os infinitos fluxos de refugiados. Robert Kurz escreve:

Quem ainda possui um restinho de reserva e energia, tem a escolha: ou enfrenta o caminho perigoso sobre montanhas, oceanos e fronteiras, para poder, em algum lugar, ainda vender a sua força de trabalho, ou pode juntar-se a um clã armado, um grupo de terror, um bando de saqueadores, uma milícia religiosa ou étnica (p. 11).

Portanto, migrantes e refugiados são os dois lados da mesma moeda. São fenômenos diferentes que possuem uma só raiz social. Não se trata de contradições políticas, lutas por poder ou antagonismos culturais, mas da crise da economia mundial pela desmobilização global da força de trabalho. A tentativa de manter controle sobre a barbárie dos movimentos migratórios, bloqueando as fronteiras terrestres e marítimas, transforma-se em barbárie do controle. A promessa de emancipação social para migrantes e refugiados só é possível para além do modo de produção e vida atual.

2. A Cáritas Arquidiocesana de São Paulo: duas perspectivas do refúgio

Mas quais são as perspectivas sobre o refúgio que orientam uma instituição de ajuda humanitária na prática de atendimento junto aos refugiados?

A Cáritas Arquidiocesana de São Paulo é um organismo da igreja católica, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e do governo federal, por meio do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). No Centro de Acolhida de Refugiados, os solicitantes de refúgio e refugiados recebem proteção jurídica, assistência e integração psicossocial na nossa cidade. Eles são atendidos por uma equipe multiprofissional – formada por advogados, assistentes sociais, um psiquiatra e uma psicóloga. O foco do trabalho é garantir a proteção jurídica a partir da solicitação de refúgio; bem como

oferecer assistência a necessidades básicas de saúde, alimentação e moradia; além de facilitar a integração na cidade por meio do acesso à educação e ao trabalho¹².

Ao analisar os folhetos – distribuídos ao público em caráter informativo, que recolhemos na instituição entre 2005 e 2008 – pudemos perceber um vínculo maior da Cáritas de São Paulo ora com a *Igreja Católica* ora com o *ACNUR*. Desta forma, o refúgio pode ser compreendido por uma *perspectiva religiosa* ou por uma *perspectiva do direito internacional*.

Num dos folhetos, a ligação da Cáritas de São Paulo com a *Igreja Católica* destaca uma *perspectiva religiosa* do refúgio. Assim, a história atual do refugiado se confunde com a história antiga da humanidade. “A triste história de multidões obrigadas a sair de sua pátria é tão antiga quanto a história da humanidade”. Esta perspectiva cristã não permite cortes no tempo, igualando o hoje ao ontem. Assim, o drama do refugiado nada deve à história dos homens. O material termina com um convite à solidariedade, pois “acolher o refugiado é semear a paz entre os povos”. “Afim, é impossível se omitir diante de tanto sofrimento de pessoas, gente como nós, filhos do mesmo Pai”. “Ninguém tem o poder de resolver todos os problemas do mundo. Mas todos temos o dever de contribuir para que a humanidade tenha mais paz e felicidade.” A solidariedade cristã supõe acolher o refugiado como quem semeia a paz entre os povos e não se omite diante do sofrimento de um filho do Pai mas contribui com a felicidade da humanidade. Se o viés religioso, por um lado, tem um caráter a-histórico, por outro, não se omite em agir para acolher o refugiado.

É possível encontrar em todo e qualquer folheto um destaque para a ligação da Cáritas de São Paulo com o *ACNUR*. Então os refugiados são iguados à *perspectiva do direito internacional*, como aqueles que “tiveram que deixar seu país por temor de perseguição por causa de sua raça, religião, grupo social, nacionalidade, opinião política ou em função de grave e generalizada violação de direitos humanos”. Para melhor compreender este estatuto do refugiado, iremos nos fundamentar no texto de José Fischel de Andrade (1996), “A proteção internacional dos refugiados no limiar do século XXI”, bem como nos seus instrumentos de proteção. Os refugiados somente foram protegidos institucionalmente depois da criação do

¹² Ao longo dos capítulos seguintes, trechos das entrevistas com os profissionais da equipe irão detalhar o atendimento de proteção, assistência e integração, oferecido pela Cáritas de São Paulo.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados em 1950. A proteção jurídica ocorreu após o surgimento da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951¹³.

Porém, esta definição reconhecia somente o deslocamento de milhares de pessoas pelo mundo anterior aos eventos de 1º de janeiro de 1951, ou seja, motivados pela Segunda Guerra Mundial. Mas como a questão dos refugiados não ficou circunscrita ao passado, o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967 eliminou esta reserva temporal.

A partir dos anos 60, a questão do refugiado africano ganhou relevância pela sua dimensão e suas necessidades específicas, em consequência das lutas por independência das colônias africanas e dos conflitos que se seguiram. Isto levou à ampliação da definição jurídica do refugiado, conquistada com a Convenção da Organização de Unidade Africana que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África de 1969¹⁴.

Durante os anos 80, a situação crítica dos países da América Central, devido aos processos de democratização política, também exigiu uma determinação ampla do refugiado, semelhante ao termo da Convenção de OUA de 1969, realizada pela Declaração de Cartágena das Índias de 1984¹⁵.

Já o Brasil regulamentou o refúgio pela Lei 9.474/97. A definição do refugiado que lemos nos folhetos da Cáritas de São Paulo está presente nesta lei, que adotou tanto a definição clássica de refugiado – que se aplica às vítimas de perseguição (Convenção de 1951 e Protocolo de 1967) – quanto sua definição ampliada – que passa a incluir as vítimas de violação generalizada dos direitos humanos (Declaração de Cartágena de 1984)¹⁶.

¹³ A Convenção de 1951 definiu o refugiado como aquela pessoa que “receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar” (Capítulo I, Artigo 1).

¹⁴ A Convenção da OUA de 1969 diz: “O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutra lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade”. (Artigo I).

¹⁵ A Declaração de Cartágena de 1984 passa a incluir “as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública”. (Capítulo III).

¹⁶ A Lei 9.474/1997 também criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão presidido pelo Ministério Público e responsável por analisar o pedido e declarar o reconhecimento da condição de refugiado;

*

É mais do que isto. Ao analisar as fotografias de refugiados africanos¹⁷, presente nos folhetos, pudemos perceber que a Cáritas de São Paulo representa por meio de imagens as *perspectivas religiosa e do direito internacional* sobre o refúgio.

As fotografias expõem imagens coloridas e iluminadas, dando preferência por mostrar mulheres a homens. Vemos muitas mães, carregando seus bebês amarrados junto ao corpo e sendo acompanhadas pelos filhos pequenos. Vemos, também, mulheres mais velhas sorridentes. Já os homens aparecem em menor número, geralmente, no pano de fundo das fotografias.

Um folheto, produzido em comemoração ao Dia Mundial dos Refugiados (20 de junho), celebra “a tenacidade, a resistência e a força de mães que mantêm suas famílias unidas nas circunstâncias mais difíceis.” São as mães que tentam unir a família que a guerra vem separar. As mulheres são “verdadeiras heroínas”, “elas garantem que a chama da esperança nunca se apagará”. A coragem e a perseverança das mães de família, que se recusam a perder a esperança por um futuro melhor e por recuperar a paz em suas vidas, apesar de já terem perdido tudo, é exaltada. Mas o apelo excessivo à palavra esperança, talvez, aponte para a ausência desse sentimento entre os refugiados.

Tudo muito curioso, pois 77% dos refugiados africanos em São Paulo são do sexo masculino. Enquanto, a média de idade dos refugiados varia de 18 a 45 anos. Portanto, o perfil da população refugiada é formado por homens jovens e adultos. (CÁRITAS DE SÃO PAULO, 2007). Talvez, as mães refugiadas mobilizem a piedade do espectador, que passa a encarar o refugiado como uma vítima da guerra que precisa de contribuição financeira para a ajuda humanitária lhes dar esperança de sorrir na velhice, apagando as causas políticas do horror.

Podemos supor que a maioria das fotografias não foi clicada no Brasil. Além de vermos cenários diversos do nosso, temos acesso à imagem de um modo de acolhida que aqui

decidir a cessação e determinar a perda da condição de refugiado; orientar e coordenar as ações de proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados; bem como aprovar normas para a execução desta lei.

¹⁷ Tânia Biazoli de Oliveira e Polyana Stocco Muniz analisaram as fotografias de refugiados na disciplina “Sujeito, Política e Psicanálise” do Prof. Paulo César Endo, durante o estágio do Programa de Aperfeiçoamento ao Ensino (PAE) em 2008. Apresentaram o trabalho “Fotografias poderão testemunhar o trauma de refugiados africanos?” no XV Encontro Nacional da ABRAPSO em 2009.

não há: o campo de refugiados. Nos tempos atuais, 7/10 dos refugiados da África Subsaariana vivem em campos de refúgio (UNHCR, 2009). Michel Agier, antropólogo e diretor da *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, afirma – em “Refugiados diante da nova ordem mundial” (2006) – que estes refugiados recebem acolhida em espaços de isolamento, situados à margem e afastados dos locais de vida comuns. Para a política excludente e guerreira da ordem mundial unificada, isto representa o ideal de um duplo distanciamento: isolamento em campos e distanciamento nos países africanos. Já nosso país procura integrar os refugiados e receber os reassentados no seio da vida social¹⁸.

Os folhetos mostram, ainda, a imagem de desolamento de uma menina num cenário, onde africanos fogem a pé. Esta imagem cede lugar à cena de embarque de refugiados num navio, até encontrarmos uma mulher africana, fazendo compras de mercado no cotidiano do novo lugar. Tudo se passa como se a experiência dos refugiados fosse representada por um tempo que transcorre em progressão contínua. “Ontem: Guerra. Opressão. Terror. Fuga. Fome. Hoje: Comida. Abrigo. Proteção. Assistência. Amanhã: Um novo começo. Um novo lar. Uma nova esperança”. O terror se refere ao passado vivido pelo refugiado e a esperança, ao futuro. O passado, o presente e o futuro são representados por uma concepção temporal linear que progride e evolui, conforme as diferentes etapas no acolhimento aos refugiados.

Se, por um lado, não os confinamos em campos, como é freqüente em muitos países africanos, por outro a acolhida oferecida é pouco capaz de intervir com eficácia. Podemos ter uma dimensão da vulnerabilidade sofrida pelos refugiados ao ler o primeiro conjunto de propostas de políticas públicas que a *Cáritas de São Paulo* entregou ao *Comitê Estadual para os Refugiados de São Paulo* no dia de sua criação, em abril de 2008. Inclui a definição de um hospital de referência para atendimento emergencial e contínuo, a criação de um centro de acolhida aos recém-chegados, a construção de um projeto de moradia, abertura de vagas em creches, agilidade na revalidação de documentos universitários dos países de origem, criação

¹⁸ A integração local e o reassentamento formam com a repatriação voluntária as “soluções duradouras” que o ACNUR busca para os refugiados. A repatriação é o retorno do refugiado, com segurança, para seu país de origem. A integração busca facilitar a inserção do refugiado no país de refúgio. O reassentamento em outro país ocorre quando o refugiado não pôde permanecer no primeiro país de acolhida, por problemas de segurança ou integração, nem voltar ao seu país de origem. O Brasil abriga 4.240 refugiados, sendo 418 reassentados. A maior parte dos reassentados que recebemos são colombianos, que tiveram dificuldades de integração no Equador e Costa Rica.

de vagas nas universidades públicas, ações para criação de emprego e cursos de qualificação profissional.

Portanto, a perspectiva que temos dos refugiados não decorre de povos obrigados a sair de sua pátria desde a antiga história religiosa da humanidade, retratada por meio de africanos que fogem das ruínas da guerra e do terror para buscar a esperança num novo lar. A perspectiva que temos dos refugiados tão pouco decorre de vítimas de perseguição ou vítimas de violação dos direitos humanos, cuja imagem emblemática é a mãe africana acolhida num campo de refúgio, com trajes típicos de seu local de origem reduzida a um exemplo representativo de sua raça, religião, nacionalidade ou grupo social. Nossa perspectiva dos fluxos de refugiados ao redor do mundo decorre da crise do capitalismo global, como vimos com Robert Kurz.

Capítulo 3. As Entrevistas

As entrevistas foram realizadas na Casa do Migrante – albergue mantido pelos missionários escalabrinianos e localizado na baixada do Glicério, próximo à Igreja Nossa Senhora da Paz e ao Centro de Estudos Migratórios.

A Casa do Migrante teve início no ano de 1974, quando foi fundada a Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes (AVIM) com sede no bairro do Ipiranga. A iniciativa do então seminarista Alberto Zambiasi manteve afinidades com o legado do bispo João Batista Scalabrini¹⁹. A ação pastoral realizava-se nas Comunidades Eclesiais de Base dos bairros de periferia que recebiam grandes levas de migrantes internos, buscando integrá-los na cidade através de cursos profissionalizantes para a inserção no mercado de trabalho. A partir da década de 80, quando a sede foi transferida para a baixada do Glicério, a Associação passou a acolher os migrantes internos que chegavam nos terminais rodo-ferroviários e não sabiam para onde ir. Cedo a identidade da instituição sucumbiu para se tornar um albergue a mais em São Paulo, um “pernoite” para a população de rua. A Casa do Migrante veio redefinir seu público-alvo em 1997, passando a dar acolhida apenas aos recém-chegados na cidade (CUTTI, 1997). Já passou o tempo em que a mão-de-obra do migrante era absorvida, bastando um curso profissionalizante para sua integração na nova cidade. “Hoje, para o pobre, a migração representa apenas a busca de alternativas de pobreza”. Com isto, o perfil dos migrantes internos que passam pelos albergues também se alterou. Vindos de outras andanças, a maioria dessas pessoas possui chances remotas de reconstituir laços efetivos de pertença (CASA DO MIGRANTE, 2008). Atualmente, a ação pastoral dedica-se à acolhida do migrante no

¹⁹ O bispo João Batista Scalabrini, natural da Itália, sensibilizou-se ao ver o drama da partida de italianos para a América na estação ferroviária de Milão. Em 1887, ele fundou uma congregação de missionários que pudesse promover a acolhida do migrante, afinal “para o migrante a pátria é a terra que lhe dá o pão”, e pudesse criar um Centro de Estudos Migratórios (CEM). Ver a edição *Legado de Scalabrini* da Travessia – revista do migrante.

albergue e à organização das festas religiosas e culturais dos hispano-americanos na Igreja da Paz. Houve um esvaziamento da prática pastoral política, em nome de uma prática pastoral assistencialista e folclorista²⁰.

Em 2008, a Casa do Migrante recebeu 23% de migrantes internos; 25% de imigrantes (principalmente, dos países vizinhos da América do Sul) e 34% de refugiados (em especial, africanos e colombianos). Há um aumento expressivo, ao longo dos anos, do número de africanos na instituição. Isto é um indicador da presença deste fenômeno migratório recente na cidade de São Paulo, ainda pouco estudado pelos pesquisadores. O albergue destina-se a acolher os recém-chegados em São Paulo, oferecendo moradia e alimentação provisória por até seis meses.

*

O material da pesquisa foi recolhido entre junho e julho de 2008. Os refugiados haviam recebido a acolhida na Casa do Migrante por meio de um encaminhamento da Cáritas de São Paulo. Foram entrevistados dois africanos refugiados – um angolano e outro congolês. Realizamos entrevistas individuais, de três a quatro encontros com cada um, tendo como foco a experiência da migração forçada vivida pelo refugiado. Nossa intenção era proporcionar uma oportunidade para que cada entrevistado pudesse refletir sobre o próprio refúgio na companhia da entrevistadora. Porém, a necessidade que eles tinham de esquecer e a dificuldade de comunicar o passado traumático se impuseram. Nosso objetivo de pesquisar a temática do esquecimento emergiu a partir do encontro com estes refugiados. Então, propusemos uma única conversa compartilhada entre os africanos, para compreendermos o fenômeno do esquecimento.

As entrevistas não foram gravadas, mas escritas de memória num diário de campo. Isto foi feito para diminuir as suspeitas contra a pesquisa. Pois, os refugiados nutriam uma forte desconfiança de que a entrevistadora fosse jornalista ou agente da polícia federal. Temiam que suas histórias de vida fossem disseminadas aos quatro ventos, não sendo levado em consideração o risco de eles serem perseguidos. Temiam que fosse feito um interrogatório

²⁰ Segundo a hipótese do Prof. Heinz Dieter Heidemann, isto pode ser verificado pelo distanciamento do Centro de Estudos Migratório do *Serviço Pastoral do Migrante* – vertente política, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em conjunto com as Pastorais Sociais – e sua aproximação das *Pastorais da Mobilidade Humana* – vertente religiosa, centrada nas discussões das leis migratórias do Estado.

rigoroso sobre os motivos da fuga, apesar de eles não suportarem falar. Todos estes temores, suscitados pela entrevista, nos colocaram em contato com a experiência mesma dos refugiados. O horizonte ético desta pesquisa será o esforço de compreender esta realidade. Não procuramos desvendar aquilo que os refugiados africanos buscavam, insistentemente, esquecer. Ou seja, não se trata de um resgate forçado de suas memórias.

*

As entrevistas serão analisadas em três tópicos: a fuga da guerra, a educação e o trabalho. Os aspectos centrais da análise, que se destacam em cada tópico, irão preceder os trechos das entrevistas de Natanael e Gregor²¹. Isto norteará a leitura das entrevistas dos refugiados africanos, dispostas em separado.

Pensávamos que estas categorias de análise – a fuga da guerra, a educação, o trabalho – emergiam do material das entrevistas e se destacavam por se mostrar importantes aos refugiados, exigindo uma análise detida. Somente, mais tarde, percebemos que estas categorias pertenciam à Cáritas de São Paulo. Com isto, queremos ressaltar que esta instituição ocupou todo o tempo o pano de fundo da pesquisa, exercendo influência na análise dos dados e, quem sabe, na maneira como os refugiados se apresentaram a nós durante as entrevistas.

Afinal, a fuga da guerra orienta o atendimento de proteção jurídica e assistência psicossocial da Cáritas de São Paulo²². Os advogados precisam saber com detalhes os motivos da fuga para encaminhar o pedido de solicitação de refúgio. Já as assistentes sociais atendem às necessidades urgentes de moradia, alimentação e saúde daqueles que vieram fugidos de um cenário de guerra. Em compensação, é por meio da educação e do trabalho que a Cáritas de São Paulo busca integrar os refugiados na nova cidade.

Não queremos dizer que estas necessidades pertencem à Cáritas de São Paulo e se impõem aos refugiados, como se nada tivessem que ver com eles. Mas, também, não queremos dizer que os refugiados partilham dos mesmos pontos de vista da Cáritas de São Paulo. Natanael e Gregor nos contaram as cenas de guerra e fuga não tanto como se

²¹ O nome dos entrevistados foi alterado para preservar a identidade dos refugiados, que temem ser perseguidos.

²² Neste capítulo, não diferenciaremos os solicitantes de refúgio dos refugiados reconhecidos, já que não iremos focar aqui o atendimento de proteção jurídica.

pleiteassem uma proteção jurídica aos refugiados, mas como justificativa da migração forçada de seus países de origem e da busca de refúgio no Brasil. Suas intenções em estudar e trabalhar era menos se integrar na nova cidade do que atender as urgências para sobreviver no presente. Mais do que isso. Natanael estudava, pois aqueles que morreram na guerra não tiveram esta chance. Ele estudava por todos aqueles que teriam feito alguma coisa se estivessem vivos. Estudava para esquecer o passado.

O esquecimento dos refugiados africanos se tornou a nossa necessidade de pesquisa. O tema central do nosso trabalho será analisado à parte, no próximo capítulo.

1. A fuga da guerra

A maior parte daqueles que foge de um cenário de guerra para solicitar refúgio no Brasil chega ao nosso país de avião (82,1%). Existem, também, os que vieram de navio ou barco (12,1%). Até alcançarem um porto ou aeroporto, os refugiados fogem da zona de conflito em seus países de origem de ônibus, caminhão, carro e, até mesmo, a pé (NEPO, 2008).

Vejamos o que Fabiano L. de Menezes – advogado do então Núcleo de Atendimento aos Refugiados da Cáritas Diocesana de Santos – informou sobre a viagem de navio dos refugiados africanos que chegam ao porto de Santos. Os africanos costumam entrar, clandestinamente, nos navios à noite, escondendo-se na casa de máquinas. E chegam a passar 14 dias no mar para atravessar o oceano atlântico da África ao Brasil. Como partem apenas com um saco de farinha, quando a comida acaba, apresentam-se ao comandante do navio ou acabam sendo descobertos pela tripulação. Porém, muitos resistem a aceitar a comida que lhes é oferecida, por conta das estórias ouvidas sobre envenenamento nos navios. Ao chegar ao porto de Santos, é comum o comandante oferecer dinheiro aos clandestinos para eles não se apresentarem à Polícia Federal. Já que o armador do navio é obrigado a custear os gastos do africano, enquanto se desenrolar o processo de refúgio²³.

É certo que os refugiados que partem escondidos nos navios não escolhem o destino em que irão aportar. Eles não pensam em vir para o Brasil, antes querem alcançar a Europa ou

²³ De tempos em tempos, os jornais das cidades litorâneas com portos noticiam que viajantes clandestinos de navios são lançados ao mar, quando descobertos.

os Estados Unidos. Já os refugiados que viajam de avião possuem uma série de motivos para optar por este ou aquele país. Entram no país com visto de turista, depois procuram legalizar sua situação, solicitando o refúgio.

Podemos discriminar algumas razões que levam os africanos a escolher o Brasil como país de refúgio. Indistintamente, nosso país pode ser identificado como um lugar livre de guerras, onde não haveria ameaças de morte e perseguição. Mesmo quando nosso país não é a primeira opção de refúgio, muitos africanos preferem escolher o Brasil a perder todo o dinheiro em um projeto migratório fracassado pela dificuldade em conseguir autorização para entrar na Europa ou nos Estados Unidos. Além disso, o custo de vida no Brasil é mais barato, em comparação aos centros capitalistas. Já os africanos dos países de língua oficial portuguesa escolhem o Brasil não somente por conta da afinidade lingüística, mas também pela influência das telenovelas brasileiras.

O perfil da população refugiada na cidade de São Paulo é constituído por homens, jovens e adultos (CÁRITAS DE SÃO PAULO, 2007). Existe entre os refugiados africanos um excesso de homens em relação ao número de mulheres. Há, praticamente, três homens para cada mulher. Algumas causas da disparidade entre estes dois números podem ser explicadas. Não é tão simples para as mulheres escaparem da zona de conflito e chegarem ao Brasil, um país distante e desconhecido. Muitas mulheres não fogem da guerra, pois devem cuidar de suas crianças pequenas. Talvez, para elas, fugir é partir com toda a família. Este desequilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres leva estes jovens solteiros a ter dificuldades para encontrar uma africana com quem possam se casar. Passam, então, a procurar entre as mulheres brasileiras uma namorada. Os africanos albergados reclamam que não conseguem se comunicar em português e não têm trabalho para poder conquistar uma brasileira.

Assim, quase não vemos a presença de casais e famílias refugiadas. É raro uma família se refugiar toda junta em outro país. A guerra costuma separar os membros da família. Mas isto não significa que os projetos migratórios sejam individuais. Maria Regina Petrus (2001) – em *Emigrar de Angola e Imigrar no Brasil: Jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro. Histórias, trajetórias e redes sociais* – mostra que a migração dos jovens angolanos para o Rio de Janeiro é um projeto da família. A prática da *Mukunza* – comércio de produtos brasileiros enviados para Angola – é uma estratégia de sobrevivência para os grupos familiares menos favorecidos de Angola. As mulheres vendem as “novidades” das novelas brasileiras e dos

programas de rádio e TV com cantores e grupos de música brasileiros nos musseques de Luanda, de porta em porta ou por encomenda, para conhecidos e vizinhos: roupas, calçados, lingerie, artigos de cama e mesa. A migração é uma saída não só para os mais jovens do sexo masculino, que fogem ao recrutamento militar e ao envio para as áreas de conflito armado, bem como para os outros membros do grupo familiar.

Aqueles que chegam de um cenário de guerra possuem algumas necessidades imediatas, que são atendidas pela assistência psicossocial da Cáritas de São Paulo. Os refugiados que não foram acolhidos na moradia de parentes ou conhecidos são encaminhados para os albergues da cidade. Roupas, cobertores e, mais raramente, sapatos são fornecidos. Algumas cestas básicas são entregues. Muitos chegam com a situação geral de saúde bastante debilitada. Há os que se encontram desidratados, com dores de cabeça e no estômago, em função da longa viagem nos navios. Outros apresentam febre amarela, malária, tuberculose, anemia ou infecção por tiro de bala. As mulheres estupradas vêm com seqüelas físicas e precisam de cirurgias reconstitutivas. Alguns revelam um quadro de *transtorno de stress pós-traumático* com fobias, distúrbios de sono e de concentração²⁴.

Nossa análise irá centrar-se nas narrativas sobre as cenas de guerra, que motivaram a fuga dos refugiados de seus países de origem. Gostaríamos de ressaltar que estas narrativas não emergiram logo no primeiro contato com os refugiados, pois muitas vezes as lembranças de guerra e fuga envolvem a morte de familiares, a perda da própria casa.

*

Natanael conseguiu fugir de Angola de avião. Tomou um vôo para o Rio de Janeiro, depois partiu para Carácas. Sua intenção era alcançar os Estados Unidos mas, como não tinha parente ou conhecido neste país de destino nem dinheiro suficiente, forçaram-no a retornar ao Rio de Janeiro. Passada uma semana, veio para São Paulo, morar em Mogi das Cruzes. Depois de um tempo, trocou a cidade do interior pela capital.

²⁴As assistentes sociais descrevem a avaliação do estado geral de saúde do refugiado, para acompanhar o encaminhamento médico. Pois as instituições de saúde, geralmente, não têm profissionais que se comunicam com os refugiados em sua língua estrangeira. Este é um dos motivos que levou a Cáritas de São Paulo a propor ao Comitê Estadual para os Refugiados a criação de um atendimento médico especializado para estes pacientes, de modo que todos fossem encaminhados ao Ambulatório dos Viajantes do Hospital das Clínicas.

Longo tempo se passou até que ele pudesse me contar os motivos que o levaram a deixar seu país de origem. Natanael era o caçula na casa de sua família – onde habitavam seus pais, cinco irmãos e duas irmãs. De tempos em tempos, os irmãos voltavam da guerra, no norte de Angola. Ele se lembra de um diálogo com seu irmão, que lhe disse: “o que você estará fazendo, quando eu tiver morrido”; “se meu irmão morrer, eu ficarei muito triste”. Um dia, mandaram informar a família da morte deste filho e enviaram a muda de roupa dele. Todos os filhos foram mortos, menos Natanael. Ele fugiu da guerra, como as filhas desta família. Uma se refugiou na Inglaterra, outra em Portugal.

Então, ele me explicou que os jovens em Angola são recrutados para a guerra e enviados às áreas de conflito armado após completarem 18 anos, prestando serviço militar obrigatório por 3 anos. Porém, dependendo das condições da guerra com sua necessidade de soldados, estas regras podem não ser respeitadas. Trata-se das “rusgas”, o recrutamento militar forçado, com a polícia a procurar e a recolher os jovens angolanos nas ruas e casas dos musseques de Luanda para servir às forças armadas, mesmo quando eles têm uma idade inferior a 18 anos (PETRUS, 2001). Vai-se cada vez mais cedo para a guerra e passa-se cada vez mais tempo por lá. Um jovem poderá participar da guerra por até 6 anos. Além disso, “um guerreiro se acostuma a guerrear, isto se torna a sua profissão”, diz Natanael. E acrescenta: “As mães de Luanda choram grossas lágrimas para os oficiais do exército não levarem seus filhos. Mas nada adianta implorar. Os jovens são forçados, levados para a guerra”. Segundo Natanael, apenas os filhos de pais influentes conseguem uma autorização oficial para não ir. Ao invés de se apresentarem ao serviço militar, são enviados à Europa por seus pais.

Natanael foge, como outros tantos jovens angolanos, para escapar ao recrutamento militar forçado. Depois de perder para a guerra ambos os pais e todos os irmãos, Natanael foge de Angola para se manter vivo. Mas diferente das suas irmãs, ele não se refugiou na Europa antes preferiu vir para a América.

Conheci Gregor, quando ele levava à costureira da Casa do Migrante uma calça para diminuir a cintura. A costureira é Cristina: uma missionária escalabriniana. Toda quinta-feira à tarde, os migrantes sabem que poderão encontrá-la na Casa do Migrante. Ali, ela monta sua máquina de costura para consertar as roupas que precisam de reparo. Verdade que a costureira atende uma demanda concreta dos migrantes ao pregar botão de camisas, fazer barra e

diminuir a cintura de calças. Mas não é só isto. Diante de sua máquina de costura, a missionária dispõe “estrategicamente” duas cadeiras para possibilitar uma oportunidade de diálogo com eles. Porém, nem todos estão dispostos a entregar a própria história para receber de volta a vida com um pequeno reparo, “porque alguns passaram por situações duríssimas”. Outros estão desimpedidos de contar o que de mais duro lhes aconteceu. É assim que a missionária-costureira escuta os retalhos das falas dos migrantes, junto à máquina de costura. Gregor precisava diminuir a numeração de suas calças, pois perdera muito peso. E me contou que atribuía tamanha magreza ao fato de ter deixado sua casa na República Democrática do Congo. Ao perder a própria casa, também perdeu boa parte de seu corpo.

Os motivos que o levaram a fugir de seu país não foram revelados, para mim, logo de início. Mas, pude acompanhar aquilo que provocou seu emagrecimento. Soube, então, que Gregor deixara à província de Kisangani em direção à província de Kivu Norte na R. D. Congo, para educar uma população que havia deixado os estudos por conta da guerra. As aulas eram oferecidas tanto para os jovens que interromperam o ensino secundário, como para os mais velhos analfabetos. Quando a equipe de professores chegou à localidade de Masise, os rebeldes haviam se refugiado na floresta. Mais tarde, porém, eles retornaram e proibiram a população de deixar o local.

Gregor conseguiu fugir para Goma, onde tomou um avião para Kinshasa, mas seu pai foi morto pelos rebeldes. Como viera de uma região de combate, o governo da capital desconfiava que ele pudesse ser um rebelde. Assim, teve que deixar a R. D. Congo. Os países europeus representavam uma fonte de ameaça, para ele, pois sabia que os africanos sofriam perseguição na Europa. Ouviu então de um amigo que o Brasil era livre de guerras. Gregor teve que fugir a pé para Angola, onde tomou um avião para o Brasil.

2. A educação

De um modo geral, podemos dizer que os refugiados encontram algumas dificuldades semelhantes aos brasileiros para ter acesso à educação pública. Nas duas pontas da escala em que se dividem as instituições públicas de ensino no Brasil, ou seja, em creches e universidades, existe a necessidade de abertura e criação de novas vagas.

É alto o número de candidatos potenciais por formação no ensino superior entre a população refugiada em São Paulo. Já que a grande maioria dos refugiados chega ao nosso país, tendo concluído ou prestes a concluir o equivalente ao nosso ensino médio. Abaixo, podemos verificar o nível educacional dos alunos refugiados (NEPO, 2008).

Tabela 1 – Anos de Estudo da População Refugiada em São Paulo

Anos de Estudo	% de refugiados
0 a 4	7,5
5 a 8	15,5
9 a 12	35,5
13 a 16	25,5
17 ou mais	15,5

Acrescente-se a isto dificuldades específicas na educação de estrangeiros no Brasil: demora na revalidação de documentos escolares; desinformação e preconceito das instituições de ensino para realizar a matrícula e publicar diplomas de conclusão de curso; dificuldades das instituições de ensino para integrar o aluno estrangeiro em uma série compatível com seu nível educacional; falta de planejamento pedagógico para permitir ao aluno estrangeiro aprender a língua portuguesa e acompanhar os conteúdos curriculares brasileiros.

Nossa análise irá centrar-se nas possibilidades e impasses da trajetória educacional do refugiado entre o país de origem e o país de acolhida, segundo o nível de formação do aluno. Notamos que os refugiados que chegam com menos anos de estudo têm muitas possibilidades de seguir adiante com a formação educacional no país de acolhida. Pois existe uma oferta suficiente de vagas para atender esta demanda no ensino fundamental e médio, na educação de jovens e adultos, no ensino técnico²⁵. Em compensação, refugiados com mais anos de estudo encontram muitos impasses para prosseguir a formação educacional no país de refúgio. Já que precisam se haver com inúmeras dificuldades: a falta de vagas no ensino superior, a demora na revalidação de documentos escolares e a necessidade de regularizar a condição de refugiado.

Portanto, o refúgio poderá representar um marco de inversão na trajetória educacional do aluno estrangeiro. Aqueles que pouco estudaram no país de origem podem ter possibilidades de se dedicar aos estudos no país de refúgio. Aqueles que puderam estudar

²⁵ Este não é o caso de crianças refugiadas, com idade compatível à formação pré-escolar, cujas famílias enfrentam dificuldades para conseguir vagas na educação infantil.

antes da fuga se deparam com impasses para continuar os estudos depois da acolhida em um novo país. Com um rápido golpe de vista, os alunos refugiados com baixo nível educacional parecem ter um percurso acadêmico em ascensão contínua, enquanto aqueles com alto nível educacional parecem amargar uma interrupção no percurso acadêmico. Mas é preciso nuançar esta análise sobre a educação de refugiados.

Fato é que existe uma possibilidade efetiva para os alunos refugiados com baixo nível educacional de expandir os estudos do ensino fundamental ao médio. Os sistemas de ensino municipal e estadual de São Paulo garantem o acesso e a permanência na escola de alunos estrangeiros, mesmo sem o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), efetuando regularmente a matrícula. Isto impede qualquer tipo de discriminação no acesso à educação entre crianças, adolescentes e jovens brasileiros e estrangeiros. Quando da conclusão do curso, não se exige mais o encaminhamento dos dados de identificação do aluno estrangeiro em situação irregular no país ao Ministério da Justiça, junto à Polícia Federal. Sobre isto, Neide Cruz do Conselho Estadual de Educação, citada no Parecer CEE nº 445/97, pondera:

qualquer exigência ou diferença de tratamento que não seja de caráter pedagógico, ou que não vise adaptar o aluno ao currículo estabelecido, não diz respeito à função que deve ser cumprida pela instituição escolar. A escola não deve ser um local onde os registros escolares ou a documentação de alunos sirvam de pretexto para qualquer tipo de controle ou fiscalização a ser exercida sobre seus pais²⁶ (PARECER CME nº 17/04).

Contudo, o progresso na trajetória do aluno refugiado com baixo nível educacional é refreado com o afinilamento do acesso à educação pública entre o ensino médio e superior. A resposta para esta demanda reprimida é a oferta de cursos livres e profissionalizantes, que aliás preenche a necessidade por qualificação profissional dos refugiados. Prova disto são as diversas parcerias firmadas pela Cáritas de São Paulo com instituições de ensino profissionalizante: SENAI, SESI, SENAC, SASECOP e CESPROM. Natanael, após terminar o ensino médio no nosso país, foi encaminhado pela Cáritas de São Paulo para realizar um curso profissionalizante em sua área de interesse.

²⁶ O parecer se baseou no caso das crianças bolivianas indocumentadas, mas se aplica a todos os estudantes estrangeiros sem documentação. Portanto, a escola também se compromete a não ser um local de exercício de controle e fiscalização sobre os refugiados em situação irregular no país.

Fato é que existem muitos impasses para os alunos refugiados com alto nível educacional de prosseguir os estudos no ensino superior em cursos de graduação e pós-graduação. Para a solicitação de vagas em cursos de graduação no país, o aluno refugiado precisará apresentar sua documentação escolar – caso tenha realizado o ensino médio fora do país, deverá apresentar a equivalência do diploma; caso não possua documentação, será necessário que o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) ateste sobre sua escolaridade; caso já tenha sido aluno de curso universitário, poderá receber a dispensa de atividades curriculares. Para a realização da matrícula, o aluno refugiado deverá apresentar a cédula de identidade expedida pela Polícia Federal, que comprova o reconhecimento da condição de refugiado pelo CONARE. Poucos são os refugiados que ingressam na universidade. Poucas são as universidades públicas que disponibilizam vagas para alunos refugiados. A Cáritas de São Paulo costumava encaminhar estudantes para a UNICAMP, UNESP, UFMG, UFJF.

Entretanto, não verificamos uma interrupção dos estudos na trajetória do aluno refugiado com alto nível educacional. Antes notamos uma tentativa de retroagir os estudos. Segundo a assistente social da Cáritas de São Paulo, devido às dificuldades de revalidar o diploma do ensino médio, muitos refugiados decidem cursar a educação de jovens e adultos para obter o diploma no Brasil. Gregor, ao se deparar com a demora na revalidação do diploma de graduação, pensou em refazer o curso universitário.

*

Natanael estudou num internato em Angola, dos oito aos doze anos de idade. Mas não pôde prosseguir os estudos no seu país de origem, pois teve que começar a trabalhar. Parece que sua trajetória educacional precisa ser compreendida em oposição ao trabalho. Em Angola, a necessidade de trabalhar o afastava da escola. Foi somente quando se refugiou no Brasil que Natanael teve a possibilidade de terminar o ensino médio em Mogi das Cruzes. Após tomar o rumo da capital, buscou a acolhida da Cáritas de São Paulo e recebeu um encaminhamento para realizar o curso técnico em eletro-eletrônica no SENAI. Agora lhe sobrava tempo para estudar, já que não conseguia encontrar muitas oportunidades no mercado de trabalho. Antes e depois do refúgio, a relação entre estudo e trabalho é não crescente. Em Angola, depois dos

doze anos, ele não estudou pois o trabalho o impedira; no Brasil, as poucas oportunidades de trabalho aumentaram seu tempo disponível para estudar.

Tudo se passa como se Natanael tivesse uma vida de estudos pela frente para ser preenchida e pudesse caminhar sempre a diante. Mas a trajetória educacional de Natanael no país de refúgio não deve ser compreendida como um progresso contínuo. Antes representa o caminho típico de muitos alunos refugiados que se dirigem para os cursos profissionalizantes, pela dificuldade em disputar vagas no ensino superior.

Após finalizar o curso técnico, porém, Natanael demonstrou interesse em ingressar no curso de engenharia elétrica da Universidade Federal de Minas Gerais. Em visita à universidade, Natanael gostou de ver que o alojamento dos estudantes era individual. Pois “morar num coletivo” [Casa do Migrante] é para ele uma guerra psicológica. Quando lava as roupas, espera secá-las. Já que é preciso vigiar o varal para não ter as peças roubadas. A higiene pessoal ocorre em meio a uma situação “animalesca”. O vestiário masculino dá para o jardim, onde passam as mulheres: enquanto alguns homens tomam banho, outros entram escancarando a porta. O albergue mistura pessoas de todos os tipos: bêbados, drogados e trabalhadores. “São pequenos detalhes que, repetidos dia-a-dia, perturbam um homem.” Natanael compara esta série de situações perturbadoras dentro do espaço coletivo do albergue a uma guerra psicológica. Ao mesmo tempo em que é grato à Cáritas de São Paulo por ter atendido sua necessidade de moradia e alimentação quando ele mais precisava, acredita que os refugiados deveriam ter direito a um alojamento individual. Sua irmã, refugiada na Inglaterra, mora com a própria família em uma casa alugada pela ONU.

Mas Natanael não deita os olhos nas dificuldades cotidianas e não se deixa perder, porque está de olho no porvir. “Tudo na minha vida é planejado. Não há nada que eu faça hoje, que não foi traçado antes”. Assim, pretendia encaminhar os papéis para pedir bolsa de estudos e uma vaga no alojamento da universidade. Temia não receber auxílio financeiro, o que o levaria a trabalhar para o próprio sustento, não podendo se dedicar à faculdade. Temia não receber o alojamento da universidade e repetir o ciclo vicioso de morar num local coletivo. E se assustava com a idéia de Minas Gerais não ter albergue como existe em São Paulo.

Ele voltou exultante da viagem para Minas Gerais, pois os estudantes lhe pareceram sérios. “A vida deles é dura: uma guerra de estudos”. Termo curioso para definir a dura vida cotidiana dos estudantes. A guerra deslocou-se da moradia coletiva para a vida de estudos.

Parece que as lembranças da guerra estão sempre à espreita, até mesmo na educação. Por um lado, “é preciso fazer, pois aqueles que já morreram não tiveram esta chance.” Natanael estuda por todos aqueles que teriam feito alguma coisa se estivessem vivos. A lembrança do passado inclui todos os mortos. Por outro, “é preciso fazer para esquecer, como alguns homens bebem para não se lembrar.” Dedicando-se às próprias atividades, Natanael impede que o mar de lembranças inunde seu cotidiano. Ele sabe que fazer não impede as lembranças de virem à tona, mas não fazer é mais aflitivo. “É como uma mãe que perdeu a única filha. Até o último dia de sua vida, a mãe vai se lembrar. Porém, se ela não conseguir esquecer, morre de tristeza.” Natanael comenta da iminência da morte em situações de guerra. O fato de uma bomba não o ter atingido, não redime quem a atirou. “O responsável é culpado por aqueles que matou e também por aqueles que não matou”. “Você pensa que tem 95% de chances de morrer, só lhe restam 5% de esperança de viver. Porém, como isto acontece sucessivamente, você está sempre esperando a morte. É melhor morrer de uma vez”.

Já Gregor era formado em medicina na R. D. Congo, com especialização na área de cardiologia em Portugal. Esta formação acadêmica lhe permitia ocupar o cargo de professor-assistente de cardiologia em seu país. Sua trajetória educacional estava pareada com sua carreira profissional: ambas caminhavam juntas, uma havia impulsionado a outra. No entanto, para prosseguir os estudos após a fuga para o Brasil, era preciso ter o diploma de medicina revalidado pelo nosso país. A Cáritas de São Paulo encaminhou o pedido de equivalência do diploma para o Ministério da Educação. Caso ele conseguisse um parecer favorável, pretendia cursar pós-graduação em medicina no Brasil. Caso contrário, estaria disposto a prestar vestibular para refazer os estudos.

Gregor tinha planos de retroagir os estudos para conquistar um diploma que atestasse seu percurso acadêmico. Já que, até então, nosso país não havia reconhecido toda sua formação em medicina. Tudo se passa como se ele precisasse fazer o mesmo caminho outra vez. Sonhava em prestar vestibular para medicina, pois o processo de revalidação do diploma era moroso e não lhe dava garantias de aprovação. Tão difícil é conquistar a equivalência do

diploma que o caminho mais longo parecia o mais curto. Refazer os estudos de medicina parecia uma forma segura e certa de adquirir o diploma no Brasil. Contudo, Gregor precisaria ter seu pedido de solicitação de vaga em um curso de graduação aceito pelo país, tendo que apresentar o diploma do ensino médio revalidado! Além disso, precisaria ser aprovado em sua solicitação de refúgio. Pois o reconhecimento da condição de refugiado lhe permitiria ter os documentos necessários para realizar a matrícula em um curso universitário no país.

Gregor vivenciava o dilema dos refugiados com alta qualificação acadêmica que não conseguem integrar-se no país de acolhida em um nível educacional compatível com sua formação. Curioso. Apesar da dificuldade dos refugiados em ingressar na universidade, existem muitos imigrantes africanos, principalmente dos países de língua oficial portuguesa, realizando cursos universitários no Brasil por conta da assinatura de diversos convênios internacionais²⁷.

O impasse de Gregor em querer seguir adiante com seus estudos e cogitar voltar para trás emergia em nossos encontros, quando ele parecia querer solapar o lugar da pesquisadora. Queria saber o objetivo do trabalho de pesquisa, delimitava a entrevista ao tema do refúgio. Enfim, teria ele assumido de bom grado o lugar de pesquisador. Ou então, queria ele provar seus méritos nos estudos, como se a entrevistadora fosse uma representante do Ministério da Educação pronta a lhe aprovar a equivalência de seu diploma. Talvez, diante deles, Gregor quisesse convencê-los de sua capacidade acadêmica. Talvez, preferisse que lhe atestassem seu nível educacional, como já ocorre entre alguns médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras que revalidam seu diploma através de um exame nacional que avalia os conhecimentos, habilidades e competências necessárias para o exercício da profissão no país²⁸. Afinal, se submeter aos meandros obscuros da revalidação dos documentos escolares é adentrar todo um trâmite burocrático que exige que o estudante traga seu diploma de conclusão do curso e histórico escolar. Um pedido bastante delicado de ser atendido por refugiados, pois os papéis normalmente não partem em fuga.

Assim, Gregor queria realizar uma troca de lugares. Ao retirar a autoridade da pesquisadora, ele a fazia experimentar a difícil posição dos que não tem o próprio papel

²⁷ Ver o texto de Carlos Subuhana (2009), “A experiência sociocultural de universitários da África lusófona no Brasil: entremeando histórias”.

²⁸ Em setembro de 2009, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde aprovaram o projeto piloto de revalidação do diploma de médicos brasileiros, por meio da Portaria Interministerial nº 865.

reconhecido pelos outros. Ao tomar para si a autoridade de pesquisador, continuava a ocupar um lugar não válido, pois distante da equivalência com sua formação em medicina. “Seus professores já te ensinaram que o psicólogo também é um médico?”. Aqui, o psicólogo seria um médico. Porém é ele, o médico. Isto só fazia apagar as diferenças entre nós, através do esmaecimento do que distingue nossas formações. Era preciso que nós reconhecêssemos a dura situação de refugiados com alta qualificação educacional, atravessando o impasse de não ter os estudos comprovados.

3. O trabalho

Os refugiados deparam-se com alguns dilemas das condições de trabalho precário, tal qual muitos brasileiros. Pois é mais comum, eles se encaixarem em bicos, trabalhos temporários ou frentes de trabalho – todos trabalhos provisórios e mal remunerados. Contudo, ainda, enfrentam impasses específicos para conquistar um emprego: dificuldade em comprovar as experiências prévias no país de origem, pouco tempo de experiência no país de acolhida, desconhecimento e preconceito das empresas quanto à contratação de refugiados. Conhecemos um refugiado congolês na Casa do Migrante que pretendia trabalhar para poder se casar. Já que as brasileiras, segundo ele nos disse, não ligavam para os homens pobres. Mas encontrar trabalho não estava sendo fácil. A ironia era que as ofertas de emprego, fixadas nos murais da Cáritas de São Paulo, exigiam “6 meses de experiência para um estrangeiro!”. A Cáritas de São Paulo encara o trabalho como uma forma de integrar os refugiados à cidade. A assistente social levanta o perfil profissional, elabora o currículo com cada um deles e os encaminha para as agências de busca de emprego. Uma das estratégias da Cáritas de São Paulo para facilitar a inserção dos refugiados no mercado de trabalho é encaminhá-los para cursos livres e profissionalizantes. A qualificação profissional no país de refúgio poderá ser uma tentativa de contornar as dificuldades para comprovar as experiências prévias de trabalho no país de origem.

É difícil se candidatar e conquistar uma vaga no mercado de trabalho no país de refúgio. Difícil também é realizar a expectativa de conseguir um emprego compatível com o nível profissional, conquistado no país de origem. Nossa análise irá centrar-se tanto na

degradação profissional, que poderá ocorrer após o refúgio, quanto na abertura de novos nichos profissionais em decorrência dos atributos lingüísticos ou religiosos do refugiado.

De um lado, pudemos verificar que muitos refugiados não conseguem manter o mesmo nível profissional, alcançado no país de origem. Pela dificuldade de integração no país de refúgio no ramo de atividade que costumavam exercer, buscam estratégias de sobrevivência em atividades de trabalho menos qualificadas do que sua formação profissional lhes permitiria. A pesquisa “Da África para albergues públicos: africanos na Casa do Migrante em São Paulo” (SATO; BARROS; ALMEIDA, 2007) mostra que os refugiados sofrem uma desqualificação profissional, ao trocar de país. Médicos passam a exercer a profissão de professores de língua e professores passam a trabalhar como pedreiros. A perda de um papel social de destaque se deve, segundo os autores, ao fato de os migrantes africanos serem percebidos como pessoas oriundas de um continente conhecido pela miséria e pela guerra. Acrescenta-se a isto, o fato de receberem acolhida em serviços de referência à população em situação de rua, aumentando seu estigma e preconceito.

De outro lado, pudemos notar que muitos refugiados costumam buscar a inserção no mercado de trabalho em nichos profissionais, que se abrem no país de acolhida de acordo com suas especificidades lingüísticas ou religiosas. Refugiados africanos dos países de língua oficial inglesa ou francesa costumam trabalhar em escolas de idioma ou dar aulas particulares de língua. Refugiados africanos de origem muçulmana costumam trabalhar em frigoríficos que exportam Frangos *Halal*. É o que nos mostra Allan Campos (2010), em *Africanos em São Paulo. Estudo de mobilidade do trabalho*. Os muçulmanos somente consomem frangos, abatidos por outros muçulmanos através dos rituais *Zabibah* ou *Zabiha*, que torna o alimento *Halal*²⁹. O “Abate *Halal*” é supervisionado por fiscais muçulmanos, enviados por centros

²⁹ “De acordo com uma Lei Islâmica “o abate deve ser feito cortando a traquéia, esôfago, artérias carótidas e jugular” (Grupo de Abate *Halal*). O ritual exige: “Que os animais sejam mortos com um corte em movimento de meia-lua no pescoço, para que não sofram e não liberem enzimas na carne na hora da morte. Qualquer muçulmano que tenha chegado à adolescência pode realizar o abate Halal, desde que, durante o ato, pronuncie o nome de Alá com a face voltada para Meca ou diga uma oração com o nome de Alá. As regras dizem que o animal não deve estar com sede no momento do abate. A morte do animal se dá cortando ou perfurando a garganta do mesmo, segundo o Alcorão, isto causa a morte mais rápida e com menor dor. [...] O peito do frango deve estar voltado para a Meca e o corte, em formato de meia lua, feito por um instrumento afiado. Essa operação serve para provar que o abate é feito em obediência a Deus. [...] A faca deve estar bem afiada, mas a afiação não deve ser feita na frente do animal, para não causar nenhum tipo de tensão. A boa afiação da faca serve para que o tempo e a conseqüente dor animal associada ao processo de abate sejam reduzidos. O sangue deve ser retirado completamente da carcaça” (Revista Frigorífico n.79). (Campos, 2010, p. 66).

islâmicos do país. Existem cerca de 10 frigoríficos certificados no Brasil, concentrados nas regiões sul e sudeste do país em especial nos estados do Paraná e Santa Catarina. De acordo com funcionários e albergados da Casa do Migrante, vindos do Paquistão e do Nepal, os frigoríficos contratam muçulmanos estrangeiros porque, em sua maior parte, são solteiros e disciplinados para o trabalho. Os imigrantes são encaminhados pela Mesquita do Brás ao Grupo de Abate *Halal* – entidade político-social e religiosa, que faz a intermediação entre os muçulmanos e os frigoríficos.

A pesquisadora Maria Regina Petrus (2001) – em *Emigrar de Angola e Imigrar no Brasil: Jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro. Histórias, trajetórias e redes sociais* – mostra a inserção no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência de jovens angolanos que se refugiaram em favelas no Complexo da Maré no Rio de Janeiro, em que se destacam os trabalhos na construção civil, os biscates e a *Mukunza* – comércio de produtos brasileiros enviados para Angola.

Os laços de parentesco, vizinhança e amizade facilitavam a procura e obtenção de trabalho em grandes canteiros de obras na Barra da Tijuca. O contrato informal de trabalho, sem carteira assinada, fazia com que os angolanos indocumentados fossem vistos por seus encarregados como trabalhadores mais produtivos e menos problemáticos do que os nordestinos. Pois não reclamavam seus direitos trabalhistas quando eram dispensados. “Eram jovens, fortes, “trabalhavam duro”, aprendiam rápido, eram disponíveis para o trabalho mais pesado e mais mal remunerado, e aceitavam trabalhar nos feriados e finais de semana” (p. 118). Os jovens angolanos, apesar de inexperientes, eram mais escolarizados (a maioria tinha o primeiro grau completo e, alguns, o segundo grau incompleto) que os “peões-de-obra” de origem nordestina, assim compreendiam as tarefas em que se utilizavam as “plantas baixas”.

Outra atividade muito comum entre os imigrantes angolanos é a *mukunza*, pouco praticada pelos recém-chegados. Os jovens angolanos somente podiam realizá-la, quando intercalada com o trabalho pesado na construção civil. Diversos são os motivos: a representação da “mukunza” (suspeita de relação com tráfico de drogas pela sociedade de acolhida, dificuldade dos jovens angolanos em encarar como trabalho uma atividade que não exige cumprimento de horários, deslocamento diário e pela qual não se recebe pagamento de salário), os riscos de insucesso da atividade (desvios dos produtos em Luanda, dificuldades

com as vendas da mercadoria, falhas no envio do dinheiro pelos “parceiros de negócio”) e a carência de recursos financeiros para realizá-la.

*

Natanael costumava trabalhar como intérprete de inglês-português em uma empresa de Angola, que recebia muitos funcionários ingleses. Depois de ter se deslocado para o Brasil, passou a fazer bico de eletricista em Mogi das Cruzes. Quando as oportunidades de trabalho rarearam, buscou refúgio na capital através da acolhida da Cáritas de São Paulo. Sua condição de refugiado político foi reconhecida pelo país e ele recebia do ACNUR um auxílio financeiro de R\$ 300,00 mensais³⁰. Natanael continuou a exercer a profissão de eletricista e recebia indicações de trabalho no curso técnico de eletro-eletônica do SENAI. Ele pensava em ingressar na faculdade de engenharia elétrica da UFMG, pois queria “um trabalho digno para o próprio sustento. Não um trabalho, cujo retorno fosse inferior a energia investida”.

A migração forçada impôs uma degradação profissional a Natanael: antes intérprete no país de origem, agora eletricista no país de refúgio. Além disso, ele estava às voltas com uma condição de trabalho deteriorada, realizando bicos. Como Natanael ainda não estava cristalizado em uma identidade profissional, construída em seu país de origem, pôde redirecionar sua trajetória profissional no país de refúgio sem tanta dificuldade.

Natanael procurava capacitar-se profissionalmente no ramo de atividade de trabalho que havia escolhido exercer. Neste sentido, soube beneficiar-se das parcerias da Cáritas de São Paulo com instituições que oferecem cursos profissionalizantes. Sua trajetória profissional foi influenciada pelo encaminhamento ao curso de eletro-eletrônica do SENAI, já que isto lhe permitia aperfeiçoar seu exercício profissional e fazer novos contatos para receber indicações de trabalho. Ambos essenciais para garantir o prosseguimento da atividade profissional.

O pano de fundo de seu percurso profissional confunde-se com uma das estratégias de inserção dos refugiados no mercado de trabalho, realizada pela Cáritas de São Paulo, através do encaminhamento aos cursos livres e profissionalizantes. Trata-se de uma estratégia bem diferente daquela praticada pelos jovens angolanos no Rio de Janeiro, que contam com os

³⁰ Refugiados e solicitantes de refúgio podem receber assistência financeira para a subsistência durante alguns meses, de acordo com suas necessidades. As mulheres chefes de família, os idosos e os portadores de doenças crônicas recebem atenção particular.

laços de parentesco, vizinhança e amizade para a procura e obtenção de trabalho. Natanael também sobreviveria da construção civil e da *Mukunza*, caso tivesse decidido se refugiar no Rio de Janeiro? Percebemos, com isto, que Natanael era acolhido por uma estratégia institucional e não pessoal de inserção dos refugiados no mercado de trabalho. A educação para o trabalho, ao invés dos parentes, vizinhos e amigos, é que faria a ponte entre o profissional e as ofertas disponíveis no mercado. Porém, tanto uma estratégia quanto outra não impede que os refugiados tenham de enfrentar oportunidades precárias no mercado informal de trabalho.

Gregor ocupava o cargo de professor-assistente de cardiologia em uma universidade da R. D. Congo. Quando refugiou-se no Brasil, não revelou qualquer intenção de revalidar seu diploma para assegurar o exercício profissional da medicina em nosso país, tanto em sua prática clínica, como cardiologista, quanto em sua prática docente, como professor de cardiologia. Antes, pretendia conseguir a equivalência do diploma, para dar continuidade aos estudos de medicina no Brasil. Se não pudesse seguir adiante em um curso de pós-graduação, prestaria vestibular novamente para refazer o curso de graduação. Seu desejo de ingressar na universidade aparecia deslocado no trabalho voluntário, em que ele se dedicava. Na Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, Gregor dava aulas de química e matemática para os alunos que pretendiam prestar vestibular. Ambos, afrodescendentes e refugiados, enfrentam dificuldades muito específicas para ingressar na universidade. Identificado com eles, através do desejo de realizar um curso universitário, Gregor os preparava para concorrer no vestibular. Antes professor-assistente de cardiologia para estudantes de medicina, agora professor voluntário de química e matemática para vestibulandos. Começamos a notar um descompasso entre sua formação acadêmica e seu exercício profissional, após o refúgio. O único ponto de ligação entre as duas experiências é que Gregor se mantém no papel de professor, dando aulas. Isto não é pouca coisa, para ele. Vimos que se deslocara de uma província a outra na R. D. Congo, para educar os velhos analfabetos e os jovens que haviam interrompido os estudos por conta da guerra. Dar aulas aos vestibulandos era uma maneira de Gregor “cuidar da própria cabeça, lidar com o *stress* e não perder o equilíbrio”. Que aspecto da condição de um refugiado provocava-lhe *stress*? Ser professor mantinha-o em equilíbrio? Contudo, Gregor deixa de dar aulas na especialidade a

qual havia se formado, medicina e cardiologia, para dar aulas generalistas, química e matemática. É mais do que isto: perde o trabalho remunerado no país de origem e encontra um trabalho voluntário no país de destino. Mas é preciso sobreviver no país de refúgio. A Casa do Migrante lhe garante apenas moradia e alimentação provisória e ele não recebe qualquer auxílio financeiro mensal do ACNUR. Procurar emprego, entretanto, não é fácil: “temos que bater em muitas portas para uma se abrir”, dizia Gregor. Enquanto isto, preocupava-se em “cuidar da própria cabeça” em atividades voluntárias. Além de professor, Gregor era pastor. Ele pregava na igreja Deus é Amor. Ou será então que aquilo que lhe restabelecia o equilíbrio era ser pastor? Gregor encontra oportunidade de realizar uma atividade remunerada, como profissional autônomo, tornando-se professor de francês. Depois de um tempo, passa a trabalhar também como tradutor e intérprete de francês-português. A Cáritas de São Paulo o ajudou na procura de emprego, oferecendo-lhe o endereço de alguns lugares onde ele poderia deixar seu currículo, inclusive escolas de idioma que ensinam o francês. Apesar de permanecer sendo um professor após o refúgio, Gregor afasta-se de sua formação acadêmica na prática docente: é obrigado a se deslocar do ensino da medicina para o ensino da língua francesa. É possível notar uma degradação profissional, desde que sua especialidade não lhe garante a sobrevivência no novo local, forçando-o a migrar para uma profissão que ele exercia sem qualificação. Notamos, também, que ele se refugia num nicho do mercado de trabalho, que prefere contratar professores nativos para dar aulas de idioma.

Durante um longo tempo, após a pesquisa ter se encerrado, Gregor continuou mantendo contato conosco. Pudemos saber que ele estava dando aulas em duas escolas de idioma e tinha alguns alunos particulares. Isto lhe permitiu sair da Casa do Migrante e alugar um local para morar. Apesar disto tudo, Gregor pediu para colarmos seus cartazes de aulas particulares de francês na USP. Também, pediu os sites dos cursos de língua, oferecidos na USP, para ele enviar seu currículo. Impossibilitado de ingressar na universidade pela falta de documentação, Gregor tentava realizar seu desejo de maneira deslocada. Ainda, pretendia dar aulas para estudantes universitários: aulas não mais de medicina, porém de idioma. Pois sofrera uma migração forçada em sua carreira profissional, deixando de ser professor de medicina para se tornar professor de francês. Claro, seríamos nós os responsáveis por fazê-lo ingressar na USP, sem a necessidade de revalidar o diploma escolar, ser reconhecido como

refugiado ou ter o pedido aceito de solicitação de vaga num curso de graduação em medicina³¹.

³¹ Quando visitamos à Casa do Migrante, em dezembro de 2010, pudemos saber das últimas notícias de Gregor. Ele havia conseguido a anistia como estrangeiro e a revalidação do diploma (com a condição de estudar medicina por um ano e meio no Brasil). Além disso, Gregor tinha se casado. Em verdade, logo após obter a equivalência do diploma pela UNICAMP, ingressou no mestrado numa universidade de Boston, onde tinha a intenção de também cursar o doutorado para se tornar professor universitário em nosso país. Preferiu manter residência no Brasil, por conta de sua empresa de tradução juramentada.

Capítulo 4. O esquecimento dos refugiados africanos

Propomos, agora, pensar o esquecimento do passado pelos refugiados africanos, entrelaçando a análise do tema aos trechos das entrevistas. Em primeiro lugar, partiremos das reflexões individuais de Natanael, de teor religioso. Em seguida, acompanharemos as reflexões compartilhadas entre Natanael e Gregor, da qual desprenderemos algumas considerações psicológicas.

Natanael utiliza-se de metáforas bíblicas para elaborar sua experiência de refugiado africano no Brasil. Ele não pouca o pensamento sobre os aspectos concretos da experiência, porém retira do vivido a matéria para suas elevações espirituais. Quase não conseguimos vincular suas falas a sua história de vida – comum a todo um conjunto de refugiados africanos. As palavras de Natanael mais parecem um sobrevôo sobre o tempo. “Minha árdua tarefa diária é superar os desafios do presente e esquecer o passado, para lembrar o porvir”. “A única saída para o passado é o esquecimento, conquistado com a concentração nas atividades do presente, para que as esperanças sejam remetidas ao futuro”.

Vejamos como Natanael é capaz de tratar das inúmeras perdas dos refugiados, sem ao menos nomeá-las. Chamou nossa particular atenção a maneira como ele se refere à perda da família. Parece difícil superar a espera pelos desaparecidos, já que os vivos ao não enterrarem seus mortos acabam esperando a volta deles.

[...] fazer o bem no presente é um caminho para esquecer o mal do passado. Porque não se deve retrucar o mal com o mal. Deve-se fazer o bem para receber o bem, como ensina Mateus na bíblia. Muitos homens ficaram perturbados, com tudo o que lhes aconteceu em função da guerra. Não viram mais sentido na vida, tomaram as armas na mão para matar outros homens, sem necessidade. Ficaram com os corações rancorosos, sem esperança de vida e justiça. Porém a vida é uma dádiva: é preciso cumprir a obrigação de viver.

Satanás dizia que Jó somente era crente a Deus porque tudo tinha. Deus então retirou o gado, os filhos e a saúde de Jó para provar sua integridade religiosa. Quando os homens têm as coisas, não sabemos se eles são egoístas e querem que Deus abençoe seus pertences ou se eles rezam desinteressadamente. Quando os homens perdem tudo, é possível provar sua fé. Há aqueles que blasfemam contra Deus, mas existem aqueles que permanecem íntegros. Quando se perde tudo, é necessário um esforço muito grande para continuar fazendo as coisas e superar os desafios. No entanto, é diferente a satisfação da conquista de alguém que está com a família e a satisfação de alguém que perdeu a família [...] Ter saudades do pai, sabendo que você pode visitá-lo é diferente de ter saudades e você não poder fazer nada. Então, é necessário enterrar os mortos e não esperar que eles voltem um dia. Porque esperar por alguém que não dá notícias é se iludir com a morte, talvez você esteja esperando por uma pessoa que não está mais viva.

Natanael quer esquecer o mal do passado, fazendo o bem no presente porque não se deve retrucar o mal com o mal. Mas sabe que precisa enterrar seus mortos para cumprir a dádiva de viver, segundo seus princípios religiosos. Ele alude à história de Jó na Bíblia, para se referir à situação do refugiado que perde tudo na guerra e tem sua fé em Deus provada. O refugiado blasfemar contra Deus ou se manterá íntegro, diante da perda da família por morte ou desaparecimento?

Vejam. Não se trata, aqui, de blasfemar contra a situação política que produz as levadas de refugiados ao redor do mundo. Trata-se, ao invés, de se manter íntegro diante das perdas, consentindo com o destino que se abalou sobre os refugiados. Natanael buscava dar um sentido maior ao destino inesperado que lhe retirou tudo, ajustando-se à dor da perda da família ao enterrar seus mortos. Isto, porém, é uma maneira de evitar o confronto com o horror, provocado por outros homens. A religião, como prova de fé a Deus, não contribui para a resistência e a denúncia do mal humano. Afinal, terá sido Deus, quem retirou tudo dos refugiados, ou os próprios homens?

Jeanne Marie Gagnebin (2006) – no capítulo “Sobre as relações entre ética e estética no pensamento de Adorno” do livro *Lembrar escrever esquecer* – nos ensina que Adorno (após Auschwitz) não endossa uma ética da compaixão pelo sofrimento alheio, mas sim uma ética da resistência. Pois aceitar esse sofrimento, sendo complacente com as vítimas e buscando confortá-las, é uma maneira de consentir com o acontecido, ao invés de criticar e

denunciar o sofrimento³². Manter a integridade religiosa é aceitar o acontecido, ao invés de denunciar a morte ou o desaparecimento da família para poder, então, enterrar os próprios mortos.

Estas elaborações religiosas de Natanael puderam destacar a temática do esquecimento entre sobreviventes de guerra. Então, propomos uma conversa compartilhada entre Natanael e Gregor, para que eles pudessem refletir sobre as razões que levam os refugiados africanos a não quererem transmitir suas lembranças a nós.

Muitos refugiados preferem esquecer. “É difícil falar, nem todos querem lembrar. Aqueles que falam têm coragem de dizer o que aconteceu e dão testemunho da verdade por todos os outros que já morreram”, diz Natanael.

Porém, estas lembranças do passado atormentam os pequenos atos da vida cotidiana de um refugiado, provocando o esquecimento do presente imediato e a dificuldade de concentração. Gregor reclama que anda esquecido. Ele acredita que o sistema nervoso de um refugiado é abalado pelo *stress*. E considera perigoso andar pela rua, neste seu estado de tormento. Natanael sabe que é necessário se concentrar absurdamente em cada atividade do presente.

Apenas os refugiados corajosos falam. Contudo, encaram a psicologia como sendo detentora de um saber incapaz de oferecer qualquer conselho possível para os sobreviventes de guerra. Os mortos estão mortos. Nenhum conselho é capaz de trazer de volta o parente morto e de aplacar a perda do sobrevivente. “Não adianta dizer que a dor da morte de uma filha passará com a vinda de uma nova criança” – lamenta Natanael – “A filha morta não voltará”, pois não existem substituições na vida.

A psicologia é, aqui, misturada com o aconselhamento. Mas, também, poderá ser confundida com o jornalismo e o direito. Já que os refugiados se sentem inseguros com a própria vida e temem confiar, encarando um psicólogo como um jornalista ou um agente da polícia federal.

“Normalmente, é mais sábio ficar em silêncio.” Natanael alerta para o risco de um refugiado ter seu relato distorcido na redação de um jornalista. “Contudo, não significa que os

³² Segundo a autora, de um lado, temos a ética da compaixão de Schopenhauer e, de outro, a ética da resistência de Adorno. A ética negativa, após Auschwitz, de Adorno, segue o anticristianismo nietzschiano e a dialética marxista. Tal ética não é popular, pois não é fácil traduzir em ação prática a resistência ao mal. Menos complicado é ter piedade pelos infelizes e querer ajudá-los.

que se calam sabem menos do ocorrido do que aqueles que se dispõe a falar”. Os jornalistas disseminam a história de vida dos refugiados ao vento, sem levar em consideração o medo que eles sentem de ser perseguidos. Principalmente, quando se trata de solicitantes de refúgio que ainda não foram reconhecidos na condição de refugiado pelo país de acolhida e, portanto, não tem a garantia se irão ser protegidos legalmente por este país. Natanael era um refugiado reconhecido pelo Brasil. Já Gregor não teve seu pedido de solicitação de refúgio aceito pelo nosso país e entrou com recurso junto ao Ministro da Justiça. Nesta mesma época, o Brasil estava concedendo anistia aos estrangeiros que haviam entrado no país até 1º de fevereiro de 2009 e residiam em situação de ilegalidade. Mas Gregor não tinha interesse em ser anistiado, porque se identificava com a condição de refugiado. Antes ele pretendia denunciar a história da R. D. Congo para o mundo e mostrar a todos os desafios do refúgio³³.

“Os refugiados são inseguros”, Gregor anda com suas pernas magras bambeando e o tronco levemente encurvado para expressar corporalmente o medo e a desconfiança que os refugiados sentem de estranhos. “A Cáritas e a Polícia Federal acolhem os inseguros”, então Gregor abre os braços para mostrar como estas instituições seguram os cambaleantes. No entanto, eles investigam minuciosamente os motivos do pedido de refúgio. A autoridade competente recolhe as declarações do solicitante, prestadas se necessário com ajuda de intérprete. Além disso, o estrangeiro preenche a solicitação de refúgio, “a qual deverá conter identificação completa, qualificação profissional, grau de escolaridade do solicitante e membros do seu grupo familiar, bem como relato das circunstâncias e fatos que fundamentem o pedido de refúgio, indicando os elementos de prova pertinentes” (CONARE, 2010). Talvez, eles não saibam que estão diante de homens que não suportam falar. É o que pensa Natanael. A experiência é tão dura que, num primeiro momento, paira o silêncio pela ausência de palavras que dê conta do vivido; num segundo momento, existem uns poucos corajosos que aceitam falar. Porém, a declaração e a solicitação de refúgio são a porta de entrada para o estrangeiro poder ser reconhecido como refugiado e, com isso, receber a proteção legal do país de acolhida. Uma advogada da Cáritas de São Paulo nos contou que precisava saber em detalhes os motivos da fuga nas entrevistas de solicitação de refúgio, para poder “separar o joio do trigo, ou seja, o migrante para trabalho do refugiado”. Ainda, comparava o sotaque e o

³³ Ver nota de rodapé à página 66.

tipo físico do solicitante de refúgio com seu relato de fuga da guerra, pois alguns costumavam trocar a localidade da qual partiram em fuga por uma localidade em guerra. Mas quando eles eram obrigados a falar, o relato poderia soar “des-afetado”. Ela reconhecia a dificuldade que eles tinham em comunicar esta parte de sua história. Lembrou-se então dos ateliês de arteterapia³⁴, onde eles podiam expressar os eventos mais dolorosos, difíceis de serem verbalizados, através de desenhos. Mas como não é possível incluir material gráfico nos documentos de solicitação de refúgio, era preciso fazê-los falar até o fim. Relatos impressionantes e chocantes para nós – “minha casa foi incendiada”, “perdi meus pais” – eram narrados como se não tivesse ocorrido de fato com eles. Os fugidos de guerra contavam esta passagem de sua história, como se não tivessem passado por isto, de maneira “des-afetada”. Obrigados a falar para poderem ser reconhecidos como refugiados e receber a proteção legal do país de acolhida, apesar de não suportarem lembrar. O advogado Fabiano L. de Menezes – do então Núcleo de Atendimento aos Refugiados da Cáritas Diocesana de Santos – pensa que as agências internacionais do ACNUR deveriam prover informações atuais sobre as guerras nos diversos países, de modo que a análise do pedido de refúgio não recaia, apenas e tão somente, no relato dos solicitantes.

Portanto, os psicólogos não devem estar diante dos refugiados como jornalistas que revelam a história de vida sem preservar a identidade dos estrangeiros que fogem da morte e temem ser perseguidos. Também, devem evitar se posicionar como as autoridades competentes que recolhem os relatos sobre os motivos da fuga para realizar o procedimento legal de reconhecimento da condição de refugiado, de acordo com os instrumentos de proteção, sem levar em consideração que eles não suportam lembrar as passagens de guerra e fuga.

Contudo, o aconselhamento psicológico não é bem vindo entre os refugiados africanos. Pois não existe conselho algum capaz de trazer à vida um parente morto e de confortar um sobrevivente. Natanael buscava conforto religioso para o destino dos refugiados na história de Jó na Bíblia, como se os sofrimentos do mundo fossem motivados por aquilo que Deus quer dos homens. A psicologia social, entretanto, poderá imputar o mal aos próprios homens,

³⁴ O ateliê de arteterapia foi uma atividade implantada pelo Programa de Saúde Mental para Refugiados em São Paulo – um convênio entre o Instituto de Psiquiatria da USP e a Cáritas de São Paulo, sob a responsabilidade de Carmen Lúcia Albuquerque de Santana e Francisco Lotufo Neto.

direcionando a crítica àquilo mesmo que motivou o sofrimento dos refugiados. Gregor tinha a intenção de escrever um livro, denunciando a história da R. D. Congo. Não queria conquistar a anistia aos estrangeiros, mas ser reconhecido como um refugiado.

A psicologia social, ainda, poderá se constituir como uma comunidade de ouvintes, dedicando atenção aos refugiados que falam e “têm coragem de dizer o que aconteceu”, dando “testemunho da verdade por todos os outros que já morreram”, como diz Natanael.

Primo Levi (1990) – no livro *Os afogados e os sobreviventes* – é ainda mais radical:

Repito, não somos nós, os sobreviventes, as autênticas testemunhas. [...] somos aqueles que não tocamos o fundo. Quem o fez [...] não voltou para contar, ou voltou mudo; mas são eles, [...] as testemunhas integrais, cujo depoimento teria significado geral. Eles são a regra, nós, a exceção. [Não deve ser esquecido que os campos de concentração são de extermínio].

[narrar o destino dos outros] tem sido um discurso “em nome de terceiros”, a narração de coisas vistas de perto, não experimentadas pessoalmente. A demolição levada a cabo, a obra consumada, ninguém a narrou, assim como ninguém jamais voltou para contar sua morte (p. 47-48).

Giorgio Agamben (2008) – em *O que resta de Auschwitz* – comenta essas passagens. As “verdadeiras” testemunhas são as que não testemunharam, desde que essas “testemunhas integrais” não o poderiam ter feito. Portanto, os sobreviventes falam por delegação: “testemunham sobre um testemunho que falta”. Quem acaba testemunhando pelos submersos, “sabe que deve testemunhar pela impossibilidade de testemunhar” (p. 43). Não ouviremos, portanto, o “testemunho da verdade” dos mortos, como queria Natanael. Mas o testemunho que falta: o intestemunhável, que retira a autoridade do sobrevivente. Pois o passado pertence aos mortos.

Capítulo 5. O que resta aos psicanalistas diante de refugiados africanos?

Concluimos nosso estudo, investigando a metodologia psicanalítica mais adequada para a pesquisa com africanos sobreviventes de guerra.

Antes de tudo, iremos recolher algumas experiências metodológicas no tratamento curativo com africanos. Em conversa com Acácio Almeida – pesquisador da Casa das Áfricas – sobre nosso impasse em entrar em contato com os africanos e fazê-los lembrar o passado soube que, para um africano, existir é pertencer. Os africanos buscam ajuda psicológica com algum membro da família ou amigo da comunidade. Neste sentido, podemos pensar que nossa metodologia em pesquisa de entrevista individual, talvez, não tenha sido muito apropriada para entrar em contato eles. Já a entrevista em grupo se mostrou mais adequada, contribuindo para esclarecer o impasse mesmo da pesquisa. Ou seja, a entrevista compartilhada entre Natanael e Gregor permitiu uma compreensão possível sobre o esquecimento dos motivos que levaram ao refúgio.

De fato, o psiquiatra da Cáritas de São Paulo comentou que os refugiados africanos aderem “pouco e de maneira instável” aos tratamentos psiquiátricos, diferente dos iraquianos e colombianos. Muitos africanos não compreendem a idéia de medicação a longo prazo. Tomam o remédio enquanto surtir efeito, do contrário interrompem o tratamento medicamentoso. Poucos africanos atendem o encaminhamento psiquiátrico feito ao Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, por conta da distância, dos gastos com o deslocamento e da divergência cultural entre médicos e pacientes quanto ao tratamento a ser seguido.

No entanto, esta psiquiatria medicamentosa – que rotula as perturbações mentais dos refugiados como decorrência de um *transtorno de stress pós-traumático* – poderia se beneficiar muito caso localizasse as perturbações mentais como decorrência da guerra no plano da história. Frantz Fanon, nascido na Martinica, formou-se em medicina na cidade de

Paris. Como médico psiquiatra do exército francês na Argélia, abordou as perturbações mentais desencadeadas pela guerra colonial. Em seu livro *Os Condenados da Terra* de 1961, reproduziu as observações dos enfermos que examinou entre 1954 e 1959. Podemos acompanhar os transtornos mentais motivados por fatos bem determinados; casos em que o acontecimento desencadeador é a atmosfera de guerra total que imperava na Argélia; quadros psiquiátricos característicos que apareceram logo após cada método de tortura; patologias psicossomáticas encontradas nos argelinos internados em campos de concentração. Lemos, por exemplo, o caso da impotência sexual de um argelino, depois de sua esposa ter sido violada por militares franceses. Atualmente, os conflitos em África não são mais desencadeados pelas guerras coloniais durante o declínio do imperialismo europeu, tampouco pelas guerras de pós-independência durante a Guerra Fria, sob o contexto de expansão do capitalismo; mas pelas guerras civis sem fim, provocadas pela desertificação econômica nas zonas em colapso do capitalismo global, como nos mostrou Robert Kurz.

Talvez, possamos compreender o que os africanos esperam encontrar num tratamento médico, lendo as memórias de Karen Blixen – em “Uma criança nativa”, do livro *A Fazenda Africana* (1937) e “O grande gesto”, de *Sombras na Relva* (1960). A dinamarquesa Karen Blixen era a médica dos colonos africanos de sua fazenda de café no Quênia. Seu nome havia repercutido, por conta da sorte miraculosa em algumas das primeiras curas e nem alguns erros posteriores muito graves abalaram seu prestígio. Aliás, os africanos gostavam mais dela por não ser infalível. Se tivesse garantido uma cura segura, talvez teriam perdido a fé de que o Senhor estava com ela. Pois o relacionamento do negro com o destino é amistoso. Tinham se ajustado à idéia do inevitável e se acostumado ao inesperado. Possuíam uma coragem genuína e o amor pelo perigo. E não temiam a morte ou a dor, como os homens brancos. Mas nutriam um profundo desgosto pela regularidade de qualquer tratamento repetido. Os africanos eram fascinados pela imaginação. Isto era o que eles esperavam encontrar num mestre, num médico ou em Deus. Mas eram capazes de morrer em situações de tédio.

Assim, parece que a escolha metodológica por entrevistas em grupo poderá permitir a colheita de melhores frutos para a pesquisa com africanos do que entrevistas individuais desde que eles possam existir, pertencendo como num ambiente familiar ou comunitário. Também, parece importante situar os distúrbios mentais dos refugiados africanos como decorrência das guerras civis sem fim na crise do capitalismo global, para além de classificar seus distúrbios

mentais como decorrência do *transtorno de stress pós-traumático*. Além disso, é bom evitar a regularidade de um tratamento repetido para que os africanos não morram de tédio. Com isto, não queremos indicar que as dificuldades próprias da psicanálise com refugiados africanos sejam dissolvidas, apenas por meio do manejo adequado de suas especificidades culturais. Já que compreendemos estes impasses como uma questão política.

*

Agora, iremos entrelaçar nossas hipóteses teóricas com os resultados encontrados na pesquisa a fim de desprender algumas considerações metodológicas. Os refugiados africanos eram assaltados por recordações insistentes que os arrastavam repetidamente de volta à situação em que o trauma ocorreu. Mas eles não queriam se ocupar com esse passado traumático em suas vidas cotidianas, procurando afastá-lo. Eram lembranças duríssimas: a perda da casa, a perda da família por morte ou desaparecimento, a vida ameaçada de morte, a fuga do país. Vimos com Freud que esta compulsão a repetir a dor é uma tentativa de dominá-la, mesmo que isto gere sofrimento. Porém, agora, com o psiquismo preparado para o golpe excessivo. Mas a compulsão à repetição nada mais é do que uma resistência que precisa ser superada, para despertar as lembranças do passado. Mas como recordar o passado quando existe um esvaziamento da memória tanto na gênese da situação traumática quanto na defesa contra ela? Afinal, em situações ameaçadoras, a consciência precisa fortalecer-se para interceptar os estímulos excessivos vindos do exterior através de sua barreira protetora. No entanto, após o organismo ter sido inundado pela excitação traumática, a angústia entra em cena ao deslocar todas as energias do psiquismo para a proximidade do ponto em que ocorreu a ruptura da barreira de proteção da consciência, a fim de neutralizar os estímulos excessivos. Ou seja, como lembrar as situações traumáticas quando o sobrevivente de guerra é incapaz de se vincular ao próprio passado, desde que todas as suas instâncias psíquicas foram empobrecidas para fortalecer a consciência e alimentar o estado de angústia? Assim, os refugiados africanos substituíam o impulso para a recordação pela repetição compulsiva do passado.

Recordar este passado imerso no trauma, ao invés de repeti-lo, supõe a elaboração do luto, evitando a atração perigosa da melancolia. Pois o melancólico recusa a perda, preservando o objeto amado ao identificar-se com ele. Desta forma, mesmo sem se defrontar

com os obstáculos, é possível manter a relação amorosa, refugiando no próprio ego o amor, que escapa à extinção. Mas ao incorporar o objeto perdido, o ego provoca o esvaziamento de si, ao invés de reconhecer o empobrecimento do mundo. Assim, o melancólico lança mão do próprio corpo, mas não faz uso das palavras, para elaborar a dor. Levando a diante a hipótese de Nicolas Abraham e Maria Torok, as perdas provocadas pela guerra em África não poderiam se confessar pois se trata de um luto vergonhoso.

De fato, os refugiados africanos não queriam falar. Vimos com Walter Benjamin que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha, portanto mais pobres em experiência comunicável. A extinção da arte de narrar entre nós repousa na impossibilidade de uma experiência durável, que pudesse ser transmitida de boca em boca entre as gerações. A arte de narrar também implica a existência de ouvintes, capazes de se esquecer de si mesmos para melhor gravar a história que é ouvida. Porém, o dom de ouvir entrou em declínio. Mas a perda da narração e da experiência também resulta em uma barbárie nova e positiva. Isto poderá impelir os refugiados a instalar-se com poucos meios no novo, a começar outra vez e a contentar-se com pouco. Já que a tentativa de resistir ao fator do choque faz com que as impressões não possam vincular-se ao passado, indicando a pobreza da experiência, pois passam a atender aos apelos da atenção presente, privilegiando a vivência. Poderão os psicanalistas formar uma comunidade de ouvintes, oferecendo aos refugiados africanos a possibilidade de transmitirem a experiência de guerra e assimilarem o choque no interior de uma nova narrativa?

Porém, a atenção ao passado parte das preocupações suscitadas no presente. E não são poucas as urgências do presente, quando se trata de sobreviver no novo lugar. Nietzsche já diagnosticara que nossa época havia adoecido por um excesso de história. Contra esta doença histórica, ele prescrevia o poder-esquecer. Lembrar o passado só é útil, enquanto se possa voltar a agir no presente.

Rememorar a catástrofe, ao invés de repetir o passado sempre-igual, supõe interromper o progresso que impele para o futuro, que apenas acumula sobre os pés ruína sobre ruína. Afinal, a história é um tempo saturado de “agoras”, contendo oportunidades revolucionárias de lutar por um passado oprimido. A ação faz explodir o *continuum* da história, a fim de recolher os fragmentos e acordar os mortos. É preciso salvar o novo aprisionado no passado sempre-

igual e fazer viver o passado pleno de “agoras” no presente revolucionário, como nos mostrou Sérgio Paulo Rouanet.

Portanto, nossa pesquisa revelou que os refugiados africanos estavam impedidos de esquecer o passado das guerras em África, pois se emaranhavam na compulsão à repetição do trauma. Também, mostrou que eles não queriam falar das experiências de guerra e, com isto, repetiam o passado sempre-igual da catástrofe.

Entretanto, a recordação do passado traumático supõe elaborar o luto num cenário público, enquanto a rememoração das catástrofes do passado supõe deter-se nas ruínas, que guardam o esquecido, deixado para trás pela história oficial. É digno confessar que estes refugiados africanos não sofrem por uma ferida, provocada apenas em suas vidas privadas. A perda atinge suas vidas coletivas, que é comum a todo um grupo de refugiados africanos. E aquilo que machucou não somente a um precisa ser elaborado por todos.

Ou ainda, quando a clínica psicanalítica se depara com a fixação ao instante traumático, que promove o “*silenciamento*”, se dá conta que “o luto impedido ocorre em situações de violência”, “quando o ser querido morto (ou o país de origem) é socialmente desqualificado” (p. 503). É o que lemos em “A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política” (ROSA et al., 2009)³⁵. As autoras propõem, ao invés da clínica do sintoma, uma “*clínica do traumático*”, focando a temporalidade específica do trauma: a perpetuação de um instante, que não se esquece facilmente e é rebelde ao apagamento. Com isto, visam transmitir uma “prática psicanalítica clínico-política”, onde uma diversidade de intervenções coletivas possibilita o resgate das condições para a elaboração do luto. Isto “permite ao sujeito... dar sentido à sua experiência de dor, articulando um apelo que o retire do silenciamento” (p. 507). Na clínica do traumático, cabe ao analista a “presença da palavra” abrindo espaço para a fala, de modo que a dimensão subjetiva não fique silenciada nas práticas de resistência e enfrentamento ao sofrimento social.

A clínica psicanalítica deve encarar o trauma e a catástrofe, provocados por golpes sociais, não como algo que possui suas raízes na esfera pessoal, apesar de reverberar de modo

³⁵ As reflexões foram amplamente inspiradas na prática psicanalítica com os albergados na Casa do Migrante, através do projeto de extensão cultural “Migração e Cultura: Experiências de atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade psíquica e social”, desenvolvido pelo Laboratório *Psicanálise e Sociedade* do Instituto de Psicologia da USP, sob coordenação da Profa. Dra. Miriam Debieux Rosa e supervisão de Taeco Toma Carignato e Sandra Letícia Berta.

singular em cada refugiado. Portanto, a elaboração do passado deverá levar em consideração as causas políticas que provocaram esta tragédia humana, trazendo à tona os crimes hediondos que foram cometidos.

*

Para que os refugiados africanos pudessem esquecer o passado, através da recordação dos traumas e da rememoração das catástrofes, decidimos recolher seus sonhos traumáticos. Nossa hipótese é que eles poderiam sonhar à noite com aquilo que queriam esquecer à luz do dia. Os sonhos foram recolhidos na Casa do Migrante em dezembro de 2010. Para isto, elaboramos um breve questionário, contendo duas perguntas: “Conte um sonho repetitivo que você sempre costuma ter”³⁶ e “O que este sonho te faz lembrar?”. Coletamos sonhos intranqüilos.

Eu não sonho. Não consigo lembrar meus sonhos. Eu tenho muitos sonhos mas não consigo lembrar... Eu lembro um, mas... é muito difícil explicar. Eu vejo meus problemas de família sempre, quando eu estou dormindo. Trata-se dos meus problemas na Somália, eu os vejo. O sonho é assim. São muitos os problemas porque... eu vejo meu irmão. O grupo islâmico lançou uma bomba, houve uma explosão e, então, ele morreu. Eles [os rebeldes] estavam vestidos com uma roupa do governo e quando eles o viram, eles lançaram a bomba.

Este jovem somaliano perdeu outros dois irmãos. O último – aquele que morreu pela bomba – ele lembra sempre. Agora, ele não está se sentindo bem. Sozinho aqui, ele pensa muito e lembra seus problemas. Quer estar na presença dos pais na Somália, mas isto não é possível. Sente-se sozinho, por ter perdido tudo. Ele não se sente bem: seu coração quer ver sua mãe, mas seu pai quis que ele sáísse da Somália porque era um lugar muito perigoso. É por isso que ele está no Brasil, “feliz porque aqui não há guerra”.

Eu, normalmente, não tenho sonhos. O único sonho que eu lembro é sobre meu passado, o que aconteceu comigo na África. É o que aconteceu na vida real. Eu, normalmente, sonho com isto. Por exemplo, as causas de ser um refugiado no Brasil, os problemas que nós temos em nosso país. Eu perdi

³⁶ Esta pergunta mostrou ter um sentido ambíguo. A palavra sonho, em seu sentido figurado, remetia aos desejos dos refugiados africanos. O que não deixa de ser curioso, pois um congolês respondeu que sonhava conseguir um emprego para poder ter uma casa. Mas como isto não era o objeto de nossa investigação, alteramos a pergunta: “Conte um sonho repetitivo que você sempre costuma ter à noite, quando está dormindo”.

meu pai este ano, eu perdi tudo. A morte aparece de forma viva. Eu lembro estas coisas. Eu vou dormir e então sonho com estas coisas. Mas, quando eu acordo, penso que tudo foi apenas um sonho... Eu me lembro do genocídio, da morte, dos corpos mortos – todas estas coisas. O passado retorna vivo. Quando você vai dormir, você sonha com este tipo de sonhos – perda, guerra. Eu sonho como os incidentes ocorreram. Isto retorna em seus sonhos. Você acorda e sente-se triste. Depois de um tempo, você pensa que a vida segue em frente.

Quando este nigeriano acorda do sonho, ele se lembra que não há guerra no Brasil. Então, quer “esquecer as experiências ruins, mas não é tão simples assim esquecer. A experiência retorna talvez não todos os dias”, mas de quando em vez. Para controlar os próprios sentimentos, ele lê a Bíblia e frequenta a Igreja Pentecostal. A única garantia que tem é seu corpo, o fato de estar vivo.

Eu sonho com minha mãe e meu pai, que já morreram. Eu penso nisto todos os dias.

Este refugiado da Guiné presenciou a morte dos pais por tiro, quando estava voltando para casa. Ele não gosta de se lembrar destes sonhos, porque lhe faz mal. Quando houve uma manifestação popular contra o governo em 2008, seu tio foi responsabilizado e preso porque era o guarda-costas do presidente Moussa Dadis Camara. Então, ele atirou de raspão no presidente e fugiu da Guiné. Os militares foram procurá-lo em casa e atiraram em sua família. Pensar nisto, diariamente, não o deixa dormir à noite. Passa as madrugadas em claro e somente cai no sono ao amanhecer, quando os funcionários da Casa do Migrante estão acordando os albergados. Ele gostaria de ter sua própria casa, para poder dormir de manhã. Enquanto isto, bebe para se esquecer.

É comum eu me encontrar numa batalha, sendo a vítima de ataques. Eu me vejo em situações de força física. Qualquer inimigo que eu encaro nos meus sonhos, eu não consigo vencer, enquanto eu estou no sonho. Então eu me pergunto: ‘por que eu não pude vencer? Eu tenho o poder, a força para lutar contra eles. Eu deveria ter feito isto, deveria ter feito aquilo nos sonhos. Eu tinha a força, a capacidade para vencer a situação’ [...] Às vezes, o sonho trata de um aspecto físico, outras de um aspecto mental. Alguém quer testar minha capacidade. Novamente, eu perco minha inteligência e não consigo responder a uma situação que eu teria condições. Quando o sonho acaba, eu me dou conta que tenho a resposta. ‘Eu deveria ter dado a resposta certa. Mas o que me fez não dar a resposta certa?’ Eu ponho a culpa em mim, porque eu não consegui realizar a tarefa. Eu me preocupo e penso: ‘eu não sou perfeito.

Eu preciso ser perfeito para vencer a situação. Eu não serei mais a vítima, eu serei o vencedor’.

De fato, este nigeriano se depara com muitas oportunidades em sua vida de vigília semelhantes ao sonho. No exato momento em que ele tenta agarrar uma oportunidade na vida, ele a perde. Quando quis visitar a África em 2007, um amigo o alertou para ele não viajar. Mas não seguiu o conselho do amigo, antes pediu autorização para a Cáritas de São Paulo e o CONARE para visitar a família e os pais na África. Porém, ele foi mandado de volta no meio da viagem. O funcionário da imigração em Portugal se surpreendeu com o bilhete: ‘Por que você não fez o percurso São Paulo-Londres-Lagos?’ O caminho era São Paulo-Lisboa-Madri-Paris-Lagos. Por conta disto, ele foi mandado de volta para o Brasil e o visto era válido para apenas uma viagem. Um ano depois, ele repetiu a tentativa de visitar os parentes. Então, foi agredido e roubado na África. Levaram todo seu dinheiro e documentos. Seu irmão mais velho, que o tentou defender, foi ferido. Este nigeriano começou a se lamentar tarde demais por não escutar o conselho do amigo.

Referências

ABRAHAM, Nicolas e TOROK, Maria. A cripta no seio do ego. Novas perspectivas metapsicológicas. In: *A casca e o núcleo*. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha. (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social*, v.18, no 2, São Paulo, nov. 2006.

ANDRADE, José Fichel de. A proteção internacional dos refugiados no limiar do século XXI. *Travessia*, ano IX, no 25, maio-agosto/1996.

ARENDT, Hannah. Prefácio: a Quebra entre o Passado e o Futuro. In: *Entre o Passado e o Futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BAENINGER, Rosana (coord.). *População refugiada: retrato das condições de vida: famílias em São Paulo e Rio de Janeiro*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2008.

BENGHOZI, Pierre. Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situações de crises e catástrofes humanitárias. In: Correa, Olga Ruiz (org.) *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, 2000.

BENJAMIN, Walter. (1936). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. (1933). Experiência e pobreza. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. (1935-36). A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. (1940). Sobre o conceito da história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. (1939). Sobre alguns temas em Baudelaire. In: *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. *Lei 9.474, de 22 de julho de 1997*. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em: março de 2010.

CAMPOS, Allan. *Africanos em São Paulo. Estudo de mobilidade do trabalho*. Trabalho de graduação individual. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2010.

CASA DO MIGRANTE. *A Casa do Migrante*. Disponível em: www.casadomigrante.com.br. Acesso em: março de 2010.

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO. *Folhetos informativos*. São Paulo, 2005-2008.

COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS (CONARE). *Refúgio*. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em: março de 2010.

CUTTI, Dirceu. “Migrantes ou Carentes? A Trajetória da Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes – AVIM”. In: *Travessia*, ano X, no 29, setembro-dezembro/1997.

DINESEN, Isak. (Karen Blixen). Uma criança nativa. In: *A Fazenda Africana*. São Paulo: Círculo do Livro.

_____. O Grande Gesto. In: *Sombras na Relva*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

EM MINHA TERRA. Direção de John Boorman. UK-IRL-AFR: 2004.

ENDO, Paulo César. *A violência no coração da cidade. Um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

_____. Imagens Estilhaçadas: narrativas sobre o Grito, Elaboração Onírica e os Destinos do Traumático. In: Rocha, Luciana Rechden. (org.) *Um movimento psicanalítico: narrativas da teoria, da clínica e da cultura*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FREUD, Sigmund. (1893-1895). Estudos sobre a Histeria. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. V. II. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1914). Recordar, repetir e elaborar. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. V. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1917[1915]). Luto e Melancolia. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. V. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1919). Introdução a *A Psicanálise e as Neuroses de Guerra*. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. V. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1955[1920]). O tratamento elétrico dos neuróticos de guerra. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. V. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1920). Além do Princípio de Prazer. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. V. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História e Testemunho. In: *Lembrar escrever esquecer*. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2006.

_____. Sobre as relações entre ética e estética no pensamento de Adorno. In: *Lembrar escrever esquecer*. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. O conceito marxista de mobilidade do trabalho. In: *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

HIROSHIMA MON AMOUR. Direção de Alain Resnais. Roteiro de Marguerite Duras. Estados Unidos: 1959.

KURZ, Robert. *Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial*. In: *Serviço Pastoral dos Migrantes. Para uma caracterização da situação contemporânea da sociedade mundial*. <http://obeco.planetaclix.pt>. Acesso em: março de 2008.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da Psicanálise*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEGADO DE SCALABRINI. In: *Travessia* no. 52, maio-agosto/2005.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LÖWY, Michael. “Theologia Negativa” e “Utopia Negativa” Franz Kafka. In: *Redenção e Utopia: o judaísmo libertário na Europa Central. Um estudo de afinidade eletiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Portaria Interministerial nº 865, de 15 de setembro de 2009*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: setembro de 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. (1874). *Segunda Consideração Intempestiva. Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

OGDEN, Thomas H. Uma Nova Leitura das Origens da Teoria das Relações Objetais. *Livro Anual de Psicanálise* (2004), XVIII, 85-98.

OLIVEIRA, Tânia Biazioli de; COSTA, Larissa Pretti; MANDELBAUM, Belinda. Um lugar para uma casa sem chão: escuta psicanalítica de uma família refugiada. *Travessia*, ano XXI, n. 60, janeiro-abril/2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados*. Disponível em: www.onu-brasil.org.br. Acesso em: março de 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Protocolo de 1967 Relativa ao Estatuto dos Refugiados*. Disponível em: www.onu-brasil.org.br. Acesso em: março de 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração de Cartágena de 1984*. Disponível em: www.onu-brasil.org.br. Acesso em: março de 2010.

ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA. *Convenção que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África de 1969*. Disponível em: www.acnur.org. Acesso em: março de 2010.

PARECER CME nº 17/04. *Alunos estrangeiros de ensino fundamental sem Registro Nacional de Estrangeiro (RNE)*. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br. Acesso em: setembro de 2010.

PETRUS, Maria Regina. *Emigrar de Angola e Imigrar no Brasil: Jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro. Histórias, trajetórias e redes sociais*. Dissertação de mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

RAPSÓDIA EM AGOSTO. Direção de Akira Kurosawa. Japão: 1991.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROSA, Miriam; BERTA, Sandra; CARIGNATO, Taeco; ALENCAR, Sandra. A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 12, n.3, setembro 2009.

ROUANET, Sérgio Paulo. Do Trauma à Atrofia da Experiência. In: *Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1981.

_____. Do Sonho à Sintaxe do Mundo. In: *Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1981.

SATO, Miki; BARROS, Denise; ALMEIDA, Acácio. Da África para albergues públicos: africanos na Casa do Migrante em São Paulo. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 29, jan-dez 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da Questão. In:_____. *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. Catástrofe, História e Memória em Walter Benjamin e

Chris Marker: A Escrita da Memória. In:_____. *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

SUBUHANA, Carlos. A experiência sociocultural de universitários da África lusófona no Brasil: entremeando histórias. *Pró-Posições*, Campinas, v. 20, n.1 (58), p.103-126, jan/abr 2009.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *2008 Global Trends: Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons*. Disponível em: www.unhcr.org/statistics. Acesso em: 2009.